



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**A PCSD como instrumento para a estabilidade e a paz -  
Estudo de caso: o impacto político e operacional da EUTM  
RCA**

Bruno José Martins Bessa

Orientador(es) | Evanthia Balla

Évora 2023



## Constituição do Júri

### **Presidente do Júri**

Nome: Silvério Carlos Matos Rocha e Cunha

Email: [scrc@uevora.pt](mailto:scrc@uevora.pt)

Departamento: Departamento de Economia

Categoria profissional: Professor Catedrático

### **Vogais**

Nome: Irene Viparelli (Arguente)

Email: [viparelli1@gmail.com](mailto:viparelli1@gmail.com)

Departamento: Departamento de Economia

Categoria profissional: Prof. Auxiliar

## ΕΠΙΓΡΑΦΕ

*"World peace cannot be safeguarded without the making of creative efforts proportionate to the dangers which threaten it"*

Robert Schuman, 09 de maio de 1950

## **AGRADECIMENTOS**

Existem valores aos quais devemos ser fiéis e que devemos manter em todas as circunstâncias da nossa vida. É nisto que acredito. Foi isso que pretendi espelhar na escolha do tema e objeto desta dissertação.

Devo ser apenas grato a quem me disponibilizou o seu tempo e a quem me permitiu falhar ao tentar atingir um objetivo, estando sempre ao meu lado, permitindo-me evoluir. Assim, quero deixar expresso todo o meu agradecimento à Sra. Professora Doutora Evanthia Balla, por toda a sua paciência, exigência, disponibilidade e apoio.

Quero deixar uma palavra de apreço aos meus colegas do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus e ainda ao corpo docente da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora por todo o auxílio.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer à equipa que comigo conviveu na fase de elaboração da dissertação por terras africanas e me auxiliou nesse período. Estarão para sempre na minha memória e terão para sempre todo o meu afeto, lealdade e respeito.

A todos o meu muito obrigado,

Bruno José Martins Bessa

## RESUMO

Com este trabalho procuramos compreender o impacto da **política comum de segurança e defesa como um instrumento para a estabilidade e paz internacional** e testá-lo-emos através de um **estudo de caso com a EUTM RCA**.

Para isso dividiremos a dissertação em três partes, a grosso modo: uma primeira parte interpretativa sobre o poder da UE que nos proporcionará uma base teórica para a sua compreensão e aprofundamento da PCSD; uma segunda parte empírica com um estudo de caso que nos permitirá avaliar a ação da UE (EUTM RCA); por fim dedicamo-nos à partilha das conclusões nas quais apresentaremos potencialidades e limitações na ação.

Partimos assim de uma visão interna, dos instrumentos, órgãos e atores existentes na UE, para depois partirmos à ação propriamente dita da UE na cena internacional, procurando responder às nossas perguntas de partida: qual é a relevância e objetivos da UE como ator humanista no mundo? De que forma contribuem as EUTM's para a ação externa da UE?

### **Palavras-chave:**

União Europeia; Poder; Política Comum de Segurança e Defesa; Política Externa e de Segurança Comum; European Union Training Mission

## **ABSTRACT**

With this paper we seek to understand the impact of the CSDP as an instrument for stability and international peace and we will test it through a case study with the EUTM CAR.

For this, we will roughly divide the dissertation into three parts: a first interpretative part on the power of the EU that will provide us with a theoretical basis for understanding and deepening the CSDP; a second empirical part with a case study that will allow us to assess the action of the EU (EUTM CAR); finally, we dedicate ourselves to sharing the conclusions in which we will present potentials and limits in action.

Thus, we start from an internal vision, of the instruments, organs and actors existing within the EU, and then move on to the EU action itself on the international scene, seeking to answer our starting questions: What is the relevance and objectives of the EU as a humanist actor in the world? How EUTM's contribute to the EU's external action?

### **Key words:**

European Union; Power; Common Security and Defense Policy; Common Security and External Policy; European Union Training Mission

## Índice Geral

<b>EPÍGRAFE</b> .....	<b>2</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>3</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>4</b>
<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	<b>6</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>7</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES</b> .....	<b>8</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS</b> .....	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – A UNIÃO EUROPEIA E O CONCEITO DE PODER</b> .....	<b>17</b>
DO ESTADO ÀS RI.....	17
CIVILIAN POWER VS MILITARY POWER.....	22
CONCLUSÕES.....	31
<b>CAPÍTULO II – A DEFESA E SEGURANÇA NO SEIO DA UE</b> .....	<b>33</b>
A PESC.....	34
A PCSD .....	36
<i>Pacote de inverno sobre defesa</i> .....	38
<i>Mecanismo Europeu de Apoio à Paz</i> .....	42
<i>“Bússola Estratégica”</i> .....	42
<b>CAPÍTULO III – EUTM RCA: ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>46</b>
A RCA .....	47
A EUTM.....	52
A MISSÃO: A REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA APLICADA AOS SETORES DEFESA E SEGURANÇA .....	56
DESINFORMAÇÃO.....	66
<b>CAPÍTULO IV – ANÁLISE SWOT À INTERVENÇÃO DA EUTM NA RCA</b> .....	<b>68</b>
STRENGTHS.....	69
WEAKNESSES.....	70
OPPORTUNITIES .....	72
THREATS.....	73
CONCLUSÕES.....	74
RECOMENDAÇÕES .....	77
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>83</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>90</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: TIPOLOGIAS DE PODER – PRODUÇÃO PRÓPRIA.....	28
FIGURA 2: CIDADE DE BOCARANGA E UMA DAS PRINCIPAIS VIAS DE COMUNICAÇÃO DO PAÍS - FOTOGRAFIA PELO PRÓPRIO .....	48
FIGURA 3: ESTRUTURA SUPERIOR EUTM – PRODUÇÃO PRÓPRIA.....	56
FIGURA 4: AQUARTELAMENTO DAS FACA EM BOCARANGA – FOTOGRAFIA PELO PRÓPRIO .....	61
FIGURA 5: DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS FSI – ONU .....	62
FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS FACA – ONU .....	63
FIGURA 7: ANÁLISE SWOT – PRODUÇÃO PRÓPRIA.....	69
FIGURA 8: RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO – PRODUÇÃO PRÓPRIA.....	79

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA – MGEN MAIA PEREIRA, MINUSCA DFC

APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA – COR BRAZ, EUTM CAR, EDUCATION PILAR CHIEF

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – MGEN MAIA PEREIRA, MINUSCA DFC

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – COR BRAZ, EUTM CAR, EDUCATION PILAR CHIEF

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

### A

<b>AED</b>	Agência Europeia de Defesa
<b>AFET</b>	Comissão dos Assuntos Externos
<b>AU</b>	União Africana

### B

<b>Benelux</b>	Belgique, Nederland e Luxembourg
<b>BIT</b>	Bataillon d'Infanterie Territorial

### C

<b>CARD</b>	Revisão Anual Coordenada de Defesa (Cord Annual Review of Defence)
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CEEAC</b>	Comunidade Económica dos Estados da África Central
<b>CECA</b>	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
<b>CEP</b>	Cooperações Estruturadas Permanente (Permanent Structured Cooperation)
<b>CIRGL</b>	Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
<b>CS</b>	Conselho de Segurança das Nações Unidas
<b>CDP</b>	Plano de Desenvolvimento de Capacidades (Capabilities Develop Plan)
<b>CPE</b>	Cooperação Política Europeia
<b>CPC</b>	Coalition of Patriots for Change
<b>CPS</b>	Comité Político e de Segurança

### D

<b>DDDR</b>	Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriação de Ex-Combatentes
-------------	--

### E

<b>EG</b>	Estratégia Global da União Europeia
<b>EM</b>	Estados-Membros
<b>EUAM</b>	Missão de Aconselhamento da União Europeia
<b>EUMS</b>	Estado-Maior Militar da União Europeia
<b>EUTM</b>	Missão de Treino da União Europeia

### F

<b>FACA</b>	Forças Armadas Centro Africanas
<b>FED</b>	Fundo Europeu de Defesa
<b>FFAA</b>	Forças Armadas
<b>FSI</b>	Forças de Segurança Internas

### G

<b>GoCAR</b>	Governo da República Centro Africana
--------------	--------------------------------------

### H

<b>HR/VP</b>	Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia
--------------	---

**M****MEAP**

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

**MICOPAX**

Mission de Consolidation de la Paix en Centrafrique

**MINUSCA**

United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic

**MISCA**

Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine

**MPCC**

Capacidade de Planeamento e Condução de Ações Militares

**N****NSSRP**

National Security Sector Reform Plan

**O****OCDE**

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OI**

Organização Internacional

**OTAN**

Organização do Tratado do Atlântico Norte

**ONU**

Organização das Nações Unidas

**OSCE**

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

**P****PESC**

Política Externa e de Segurança Comum

**PCSD**

Política Comum de Segurança e Defesa

**R****RCA**

República Centro Africana

**RCPCA**

National Recovery and Peacebuilding Plan

**RI**

Relações Internacionais

**S****SEAE**

Serviço Europeu para a Ação Externa

**SEDE**

Subcomissão da Segurança e da Defesa

**RSS**

Reforma do Sector de Segurança

**T****TFUE**

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

**TUE**

Tratado da União Europeia

**U****UE**

União Europeia

**UEO**

União da Europa Ocidental

## INTRODUÇÃO

A dissertação que aqui segue nasceu de duas motivações. Em primeiro lugar o estudo de uma organização *sui generis* como o é a UE cujo multilateralismo vigora e os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas são «*conditio sine qua non*». Em segundo o tema defesa e segurança na política internacional exige muito maior análise e ponderação no que diz respeito a conclusões que podem levar a disrupções na comunidade internacional.

A UE vem-se dotando de instrumentos que parecem reforçar o seu papel na segurança e defesa no panorama internacional. O surgimento da PESC pelo Tratado de Maastricht afirmou-se como passo definitivo na construção decisiva de uma identidade própria nas áreas da política externa e de segurança e defesa.

Ficou acordado, na Cimeira de Amesterdão, que a PESC se dedicaria à gestão de crises, assim como à condução de operações da UEO

“Humanitarian and rescue tasks; peacekeeping tasks; tasks of combat forces in crisis management, including peacemaking.” (Petersberg Declaration, 1992, p. 12)

A Cimeira de S. Malo introduziu um novo termo de “*autonomia*” para a decisão própria para a UE de condução das suas operações de gestão de crises.

Depois de falhar a Comunidade de Defesa Europeia em 1954, Whitman (1998) sugeriu que

“the TEU had signaled the intent of the Member States of the Union to move beyond a civilian power Europe and to develop a defense dimension to the international identity of the Union” (pp. 135 - 136).

Previa-se que a Comunidade Europeia na sua transformação em UE se convertesse num poder também militar, ao se assumir que a política de defesa fosse incluída na política externa e de segurança. Há medida que o tempo foi passando, sem grandes desenvolvimentos, autores começaram a duvidar desse passo, Hill (1993), por exemplo, designou isto mesmo por “*capabilities-expectation gap*” ao que por sua vez Sjurssen (1998) apelidou de “*eternal fantasy*”.

Neste âmbito, de intenção (r)evolutiva da ação da UE, é inevitável não abordar os conceitos poder, na sua variável tipologia e, mais em concreto, a discussão entre poder civil e militar por forma a enquadrar essa ação da UE. Daremos ênfase à evolução dos conceitos de defesa e de segurança comum no seio da UE.

Iremos de seguida aprofundar o nosso conhecimento sobre a PCSD, particularmente no seu quadro, a EUTM RCA como estudo de caso. Nesta senda, elaboramos uma análise SWOT com o intuito de tornar claros os aspetos negativos e positivos decorrentes do papel da EUTM RCA desde a sua implementação, seja na perspetiva europeia no seu todo, seja na perspetiva de atores locais.

Analisaremos a problemática dentro do que são os objetivos da UE e a relevância na sua política externa como ator global, atingindo a compreensão do impacto da política comum de segurança e defesa como um instrumento para a estabilidade e paz internacional e testá-lo-emos através de um estudo de caso com a EUTM RCA.

Por fim iremos deduzir que a UE como ator humanista não se encontra em risco com o desencadear destas missões e que esta tipologia de missões militares se enquadra na demonstração do seu poder civil previamente debatido.

## METODOLOGIA

Antes de iniciarmos a nossa investigação devemos entender primeiro a nossa posição e optar sobre a melhor forma de abordar o nosso objeto de estudo, o impacto da política comum de segurança e defesa como um instrumento para a estabilidade e paz internacional e testá-lo-emos com a EUTM RCA.

Teremos ainda de considerar os prós e contras de determinado método que nos propusermos a utilizar e de como utilizar o melhor das suas capacidades, nomeadamente instrumentos de recolha e de análise de dados.

A investigação em Ciências Sociais no geral e mais especificamente nas Relações Internacionais não é algo que se possa encetar de forma errática. Devemos procurar formar o pensamento científico a partir de uma reflexão indispensável, procedimentos concretos, construção metodológica assertiva e técnicas devidamente escolhidas. O nosso objetivo deverá ser o de atingir um contributo para a formação de conhecimento, consequente de uma investigação científica válida, como Lamont (2015) nos diz “*IR methods should be held to the same standard demanded across the social sciences*” (p. 13).

É com este comprometimento às Ciências Sociais em geral e às Relações Internacionais em especial que iremos encetar nesta dissertação.

Seguindo o que Cresswell (2014) nos propõe sobre se identificarem claramente a abordagem e visão sobre a qual vão olhar para determinado objeto então a primeira assunção basilar para este trabalho é a de que acreditamos que a realidade é uma construção social.

Aqui vamo-nos aproximar da abordagem do interpretativismo, verificando o fenómeno e compreender os significados subjetivos neles embutidos, indo de encontro ao que Morgan e Smircich (1980) referem, sobre o objetivo de “*compreender o processo específico do fenómeno estudado*” ser “*mais do que explicar ou identificar*” (cit. IUM, 2019, p. 18).

Apresentamos então o método, o caminho para chegar ao nosso objetivo. De modo a conquistarmos, construirmos e podermos verificar o facto científico vamos ter em atenção de que a investigação é complexa. Desde logo no que diz respeito aos

paradigmas de investigação, sendo que da sua análise e com o objeto de estudo em mente nos aproximaremos de um.

Vamos em sentido contrário ao que Hans Morgenthau defendia sobre “*international politics was governed by objective laws*” (cit. Lamont, 2015, p. 19). Ao optarmos pela investigação qualitativa encontramos outro entendimento sobre a investigação. Lamont (2015) diz-nos sobre ela que “*seek to understand identities, ideas, norms, and culture in international politics*” (p. 19). Ao aprofundarmos o nosso entendimento sobre este método vamos encetando sobre a comparação entre este e o método quantitativo, começando pelo que nos dizem Bogdan & Bikel (1994) de que para os métodos qualitativos “*a preocupação central não é a de saber se os resultados são susceptíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizáveis*” (cit. Carmo & Ferreira, 2008, p. 199). Lamont (2015) aponta ao significado como forma de melhor compreensão do mundo, com o foco “*on meanings and processes that make up international politics*” (p. 78). É isto que procuraremos. Na investigação qualitativa vamos procurar assim compreender o “*processo de investigação do que unicamente pelos resultados ou produtos que dela decorrem*” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 198), procurando entender a ação dos atores, ou seja, “*em compreender a conduta humana a partir dos próprios pontos de vista daquele que atua*” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 195). Trata-se de uma investigação flexível e “*un proceso interactivo continuo*” (D’Ancona, 2001, p. 46), onde trataremos de mitigar o principal problema, o próprio investigador, sendo ele um instrumento de recolha de informação é colocada “*a questão da objetividade do investigador*” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 199).

A cada método correspondem uma panóplia de diferentes ferramentas com as quais nos iremos dotar para abordarmos determinado objeto sobre diferentes pontos de vista.

Na investigação qualitativa possuímos sistematicamente, como Lamont (2015) nos diz, uma criação de “*theoretical propositions out of our empirical observations*” (p. 78), ou seja, os investigadores seguem no encalce de uma racionalidade indutiva e descritiva (IUM, p. 27) e as técnicas de recolha e de análise de dados resultam em função disso.

Podemos desde já apontar as técnicas que iremos desenvolver no decorrer deste trabalho de todas as utilizadas em RI (e por exemplo mencionadas em Lamont, 2015, p. 79), seguindo o descrito por Freixo (2011) sobre as técnicas de recolha de dados utilizaremos a entrevista (estruturada) e a análise documental (p. 113)

- (1) as entrevistas que foram levadas a cabo junto de autoridades reconhecidas no âmbito de missões como a EUTM RCA e MINUSCA, nomeadamente as do tipo estruturadas;
- (2) pesquisa que foi levada a cabo através de sites oficiais de entidades governamentais ou sites de jornais;
- (3) pesquisa em arquivos e documentação:
  - (a) documentos oficiais, publicados como relatórios institucionais;
  - (b) media e fontes secundárias, através de pesquisas junto de jornais e revistas especializadas, assim como diários e discursos.

Em relação à opção pelo estudo de caso, este foi um passo tomado como lógico que utilizaremos a partir do nosso raciocínio, como forma de testar o impacto da Política Comum de Segurança e Defesa como um instrumento para a estabilidade e paz internacional.

Acerca do nosso estudo de caso, Yin (2001) diz-nos que se trata de uma investigação que é empírica e que trata de

*“um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”* (p. 32).

O estudo de caso com a EUTM RCA seguirá a natureza deste tipo de desenho de pesquisa enquadrado nas estratégias de investigação qualitativas que se apresenta como empírico e descritivo (IUM, p. 37). Com este estudo pretendemos a generalização de proposições depois de através da devida condução e aprofundamento do tema.

Num globo de complexidade crescente do meio internacional, numa constante multiplicação dos seus atores e dos centros de decisão, temos o dever de sermos criativos, perspicazes e resilientes na prossecução de informação credível, contribuindo decisivamente e de forma benéfica para o avanço das RI. Foi esse o primeiro passo dado neste capítulo.

Deixámos exposta a viagem metodológica, pretendendo demonstrar o caminho que iremos trilhar de modo claro, acerca, essencialmente, das opções que escolhemos como as que nos servirão de guia ao longo do trabalho, por forma a nos mantermos fiéis à “*hierarquia dos atos epistemológicos*” (Quivy, 2019, p. 29) que aplicaremos por forma a nos apoiar no que é a prossecução do objetivo de qualquer investigação ou estudo, o conhecimento válido.

Dividiremos a dissertação em duas partes, uma de carácter interpretativo e uma de carácter empírico, seguindo a abordagem indutiva ao longo do trabalho. No decorrer deste aprofundamento metodológico, pesando os prós e contras destes e das técnicas a utilizar, optámos pela via qualitativa.

É desta forma que orientaremos o nosso esforço.

## CAPÍTULO I – A UNIÃO EUROPEIA E O CONCEITO DE PODER

### Do Estado às RI

Não podemos compreender a PCSD sem perceber primeiro como a UE se projeta no mundo e que tipo de poder possui, o que nos permitirá depois avaliar a ação da UE através da EUTM, nomeadamente no impacto da PCSD como um instrumento para a estabilidade e paz internacional.

Nas próximas linhas iremos desenvolver o conceito de Poder por forma a avançarmos com o nosso raciocínio. Em primeiro lugar devido à necessidade de explorar o carácter no qual se baseia a UE e em segundo por forma a posteriormente o enquadrarmos. Duas conceções sobre poder são interessantes para iniciarmos a discussão. Dahl (1961) defendeu que poder “*focuses on the ability to get others to act in ways that are contrary to their initial preferences and strategies*” (cit. Nye, 2011, p. 14), enquanto Nye (2004) nos diz que poder é “*...the ability to influence the behavior of others to get the outcomes one wants*” (p. 2).

O que estes autores evidenciam é a diferença entre poder efetivo entre dois atores. Não querendo entrar numa discussão sobre a legitimidade do poder o que nos importa destacar é exatamente isto a que se referem, a diferença de escala em que o titular do poder se encontra sobre o outro ator.

As relações de poder são inerentes a todos os seres vivos e em todas as relações que se estabelecem nas sociedades animais, partindo para a análise do poder pretende-se nesta dissertação focar que o conceito de poder está, portanto, intimamente ligado à conceção da sociedade. É intrínseco às ligações que se estabelecem quer entre humanos, quer entre organizações criadas por estes, desde relações intraestados quer interestados. Um conceito que se reveste de importância no contexto das relações internacionais visto que orienta a gestão do *status quo* entre Estados, cujos decisores políticos, segundo Morgenthau, “*pensam e atuam em termos de interesse definido pelo poder*” (cit. Santos, 2012, p. 155).

Por forma a relacionar os conceitos vamos mais longe, lembrando, o berço do Estado como o conhecemos e dos seus poderes, falamos dos Tratados assinados em Vestefália no ano de 1648 que celebraram o que o hoje reconhecemos no

sistema internacional como normal “*a dupla qualidade do Estado moderno – superioridade interna e insubmissão externa*” (Cravinho, 2002, p. 63). Foi aqui que o princípio de soberania se fixou através da ratificação formal no contexto internacional.

Esta nova ordem tratou-se de uma transição, cuja ordem internacional se deslocou, da autoridade do clero e da nobreza, para entidades reconhecidas e independentes. Esta disposição jurídico-política surgiu quando as circunstâncias o permitiram, tratando-se de “*um conjunto de normas que acarretam custos quando não são respeitados*” (Cravinho, 2002, p. 65) ao contrário de regras intransigentes para o comportamento dos Estados.

A discussão sobre uma nova ordem internacional gira em torno do aparecimento de novos centros de decisão que não Estados, no qual a dúvida colocada emerge tendo como único pilar a questão da soberania. O mundo pós-Vestefaliano em relação a uma nova etapa e não no sentido em que se deva perceber como acabado ou ultrapassado. Podemos ver Estados a transferirem partes da sua soberania, mas continuamos a assistir, a uma sociedade internacional ordenada, guiada não por um conjunto de normas, mas sim por regras jurídicas internacionais, pelo Direito Internacional.

As organizações internacionais são fruto da nova ordem mundial, que se estabelece através de uma maior interdependência entre Estados e na prossecução de objetivos comuns.

Operacionalmente e no âmbito das Relações Internacionais mencionamos estas organizações internacionais como interestatais e/ou intergovernamentais, dotadas de capacidade como sujeitos de Direito Internacional, que procuram, através dum quadro constituído e estatutário único, devidamente aprovado e ratificado pelos membros, resolver conflitos e diferendos, na procura da satisfação de interesses comuns através dos instrumentos juridicamente eleitos nos documentos constituintes.

Saltam à vista, portanto um determinado número de características que Santos (2012) enumera como:

- Personalidade jurídica;
- Vontade coletiva própria;
- Permanência;
- Órgãos próprios;
- Condicionabilidade ou sujeição a fins específicos;
- Elemento internacional.

No ano de 1648 a fórmula de Congresso foi implementada para que os Estados pudessem ultrapassar os obstáculos através da discussão resolvendo dessa forma questões multilaterais.

Em 1815, foi instituído a sistema de conferencias, tornando mais flexível o debate e a agenda dos Estados apresentando-se nestes encontros representantes dos Estados, enviados especiais diplomáticos. Neste ano, tendo em conta a periodicidade dos encontros, foi criada a Comissão Fluvial do Reno, a primeira organização internacional.

A globalização (não pretendo entrar aqui em definições ou numa discussão sobre o que esta significa) implica certamente uma permanente partilha relacional, de conhecimento, de cultura e de identidade, impulsionada pelas tecnologias de informação. Esta partilha leva a uma interdependência, quer entre indivíduos quer entre organizações e Estados, evidente e incontestável.

Vestefalia continua a evoluir e podemos ver que a sociedade internacional sobre o direito internacional, por exemplo, não se sujeita a resolver os conflitos entre partes, Estados ou organizações, belicamente. Os conflitos são resolvidos invariavelmente através de negociações, de concessões e de exigências, de diplomacia. Vestefalia também nos apresentou isto. Estas exigências e concessões são depois largamente influenciadas pelo peso dos sujeitos envolvidos, ou pela sua posição de poder hierárquica.

Com a evolução de conceitos como Estado, também se desenvolveram as formas de relacionamento internacional. O surgimento também de organizações supranacionais tem como objetivo a integração de Estados. A integração internacional pode ser observada sobre o prisma de Ernest B. Haas como o

*“processo pelo qual os agentes políticos de várias áreas nacionais procuram transferir as suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um centro novo e mais abrangente”* (cit. Moreira, 2016, p. 495)

sendo que este novo centro contém novas instituições que *“possuem ou pretendem jurisdição sobre os preexistentes Estados nacionais”* (Moreira, 2016, p. 495). Não se trata de mais um intermediário entre Estados, mas sim de um novo centro decisório (p. 495). Com a integração são otimizadas, portanto, questões como a capacidade económica, o peso político na balança internacional de poderes, assim como uma maior probabilidade de eliminação de motivos para conflito. O que podemos deduzir disto mesmo, é que a integração permite apaziguar as relações internacionais, razão para a paz e a estabilidade.

As organizações supranacionais integram os Estados. Englobando organizações internacionais e ultrapassando-as na obtenção e prossecução de políticas comuns sobre a égide da organização. Uma entidade que não o Estado assegura também atividades legislativas, executivas e judiciais que tradicionalmente associamos aos Estados. A cooperação entre Estados membros é, aos poucos, substituída por relações de subordinação dos Estados perante a organização, dos poderes dos Estados ao poder da organização, sendo que paralelamente as relações de cooperação existam através de princípios como a subsidiariedade.

As múltiplas opções que surgem na cena internacional, trazem *“a convicção de que a atividade política internacional deve ser examinada em relação a uma condição humana universal”* (Moreira, 2016, p. 146) substituindo as limitações políticas, históricas ou fronteiriças. A paz defendida pelos Projetistas da Paz levou a que estes adotassem esta perspetiva. Kant foi um dos principais pensadores nesta linha de pensamento, apresentou uma proposta na sua obra *“A paz perpétua”* (1795) com vista à criação de um *“reino geral em que a soberania fosse a razão”*, cuja filosofia atribuí as fundações ao internacionalismo. Apresenta como pedra basilar uma lei universal, que trata todos os homens de igual forma pela paz.

Aplicando às Relações Internacionais, a perspetiva internacionalista prevê a adoção de leis aceites por todos cuja aplicação seria vigiada por um congresso representado pelas potências. A evolução da solidariedade e da interdependência dos Estados e destes com outros agentes internacionais levou a um

internacionalismo cada vez mais preponderante, essencialmente desde a criação da ONU em 1945. Tratando-se de considerar a paz como “*um bem indivisível da Humanidade*” e de a definir como “*verdadeiro património comum da Humanidade*” (Moreira, 2016, p. 147). O internacionalismo desenvolve-se na década de setenta com as Relações Internacionais a pedirem um novo modelo de Estado, cujas relações entre agentes internacionais e nacionais eram cada vez mais preponderantes, começando a falar-se em transnacionalismo. Foi substituída a noção do Estado como peça central por um de política mundial ou *state centric paradigm* por *world politics paradigm* de Nye e O’Keohane (cit. Moreira, 2016, p. 180), pois o poderio militar não significa, por si só, o seu peso no mundo, mas pode ser preponderante ainda a sua capacidade financeira ou ideológica na influência mundial. Esta perspetiva traduz-se na criação de grandes espaços internacionais com vista a dirimir as limitações do Estado em relação à interdependência.

A UE surgiu deste desígnio. Trata-se ainda assim de, como usualmente é caracterizada, uma organização *sui generis* pela sua configuração. Uma cooperação entre Estados que simultaneamente defende políticas de ambição superior. Representa o cidadão europeu. E se o *soft power*, baseado numa ação diplomática, foi sempre evidente, ou como anteriormente dito, assente numa influência económica e ideológica, hoje, com a evolução do ambiente internacional e, conseqüentemente da própria UE, persiste a discussão sobre o tipo de poder da UE.

A sua natureza é claramente alvo de interesse académico e o aprofundamento no campo específico da segurança e defesa revela-se como altamente desafiante. Uma das grandes questões em torno da UE trata-se do tipo de poder que a mesma projeta na cena internacional e como a própria se percebe nesse âmbito. A sua catalogação varia imenso de autor para autor, dependendo do prisma do qual partem para a análise.

O poder da UE tem sido invariavelmente caracterizado de várias formas ao longo do tempo dependendo do que cada autor pretende enfatizar na sua ação, postura, ou ideologia, nomeadamente como “*poder civil*” (Duchene, 1972), “*poder normativo*” (Manners, 2002), “*poder humanista*” (Sjursen, 2006), “*soft power*” (Nye, 2004),

“*poder transformador*” (Grabbe, 2004) ou “*superpower*” (McCormick, 2006), só para citar alguns a título exemplificativo.

Poderíamos correr o risco de nos perder ao longo duma análise ao poder da UE posto todo o emaranhado de literatura existente, das mais variadas perspetivas, opiniões, comparações, autores, etc.

A abordagem que vamos aqui tomar parte do princípio de uma mudança de paradigma no que diz respeito à criação da UE e mais recentemente na adoção de instrumentos que lhe permitem desenvolver missões militares. Ou seja, uma transformação, de uma aparente filosofia civil para, quiçá, num poder militar. Esta visão não é linear e não se trata de excluir toda a restante literatura, pretendemos focar o nosso ponto na PCSD e no impacto que esta tem na conceção de poder civil primeiramente lançada por Duchene (1972) e revigorada por vários autores ao longo do tempo como Bull (1982), Stavridis (2001) Sjursen (2006a), Börzel & Risse (2009) ou Eriksen (2009).

De acordo com Keukeleire (2014) a UE debate-se com o seu status de poder há muito tempo constituindo-se esta numa área de tensão no campo da política externa, sendo que o conceito de poder civil foi um dos primeiros e mais influentes tentativas de conceptualizar o status e papel da UE no mundo (p. 21).

Seguimos focando-nos no debate poder civil versus poder militar, num mundo pós-Vestefaliano retendo as palavras de King (1999) que nos diz que “*the EU has evolved into a hybrid of supranational and international forms of governance which transcends Westphalian norms*” (cit. Manners, 2002, p. 240).

### **Civilian power vs military power**

A identidade da UE tem vindo a ser moldada ao longo do tempo através da sua política externa especialmente no que à promoção dos direitos humanos, democracia e o Estado de Direito diz respeito assim como da PCSD nas missões de manutenção de paz e de ação pós conflito na reabilitação dos Estados afetados. Ainda que a UE se vá dotando de instrumentos e de todo um aparato institucional neste sentido, a sua ação internacional é constantemente sujeita a debate. Esse debate sobre a capacidade da UE, ou melhor, sobre como se projeta como ator na

cena internacional, começou bastante cedo e ainda hoje é frutífera essa discussão, sendo que, como nos diz Keukeleire (2014), este é um campo de tensão e de recorrente discussão (p. 21).

A questão de Poder nas RI começa com uma percepção entre dois atores, percepção hierárquica na qual se incluem a eles próprios e a todos os outros que pertencem ao ambiente em que se inserem. Após esta categorização os atores mais poderosos poderão utilizar da sua posição para obter proveito ou atingir os seus objetivos (os seus fins) em relação aos menos poderosos, utilizando para isso os instrumentos ou ferramentas que os colocam na posição de poder, sejam económicos, militares, diplomáticos, etc. Por seu lado os atores menos poderosos irão procurar a melhor solução possível ou a que lhe traga maiores benefícios nesta relação.

Ao definirmos poder como um processo, no qual os atores encetam numa relação, hierarquizada, através de determinados instrumentos ou comportamentos, cujo resultado será o de *status quo*, na prossecução dos seus interesses e fins. As consequências deste tipo de relação surgirão naturalmente no seio internacional, tendo em consideração o tipo de instrumentos que os atores estão disponíveis a utilizar para atingir os seus fins.

Uma das discussões acerca da projeção do poder da UE no mundo tem que ver com o poder civil e militar no âmbito da UE.

Como Duchene sugeriu no início dos anos 70 a Europa representava um poder civil “*long on economic power and relatively short on armed force*” (cit. Manners 2002, p. 236). Prodi (cit. Manners, 2001), afirmou que a condição de poder civil mundial se encontra ainda como tema central acerca do seu papel nas relações internacionais

“We must aim to become a global civil power at the service of sustainable global development. After all, only by ensuring sustainable global development can Europe guarantee its own strategic security” (p. 4)

A tendência para o aparente poder militar pode ser vista na ESDP acordada em Colónia em junho de 1999 que definia uma força de 60.000 homens prontos até

2003 uma Força de Reação Rápida. Autores defendem que este passo não define uma passagem de poder civil para militar, tendo em conta que as tarefas de Petersberg estão ao alcance do poder civil, enquanto as questões de defesa e capacidade nuclear se mantêm na NATO (Jørgensen, 1997 & Smith, 2000). A qual trouxe, claras críticas, como a de Zielonka (1998) que reitera que vem enfraquecer o “*distinct profile*” da UE enquanto identidade civil internacional (p. 229).

A “*particularidade*” (Siursen, 2006b, p. 2) da UE que Duchene concebia como um poder civil, trata-se do papel da UE na arena internacional que tem a ver diretamente com a natureza da política externa da UE.

“EU’s strength and novelty as an international actor is based on its ability to extend its own model of ensuring stability and security through economic and political rather than military mean” (Siursen, 2006b, p. 2)

Vários foram os autores que seguiram esta linha de raciocínio e que lhe acrescentaram a dimensão normativa da política externa e de segurança e defesa da UE defendendo que não se trata de apenas um poder civil, mas também um poder normativo, civilizador e ético dentro do sistema internacional (Siursen, 2006b, p. 3).

Existe o que parece ser uma dicotomia entre poder civil, cuja definição foi cunhada à UE, e poder militar. O aprofundamento da PCSD parece levar alguns autores a aproximar a UE dum poder militar como nos explica Stavridis (2001) “*the incompatibility of military means with the concept of a civilian power Europe has been constantly reiterated in the past*” (p. 46), como é a grande maioria apoiada em Zielonka & Whitman em 1998 (p. 46).

Stavridis contraria isto defendendo que “*the militarising of the Union’s institutions, capabilities and intentions is strengthening the concept of a civilian power Europe*” apoiando a perspetiva de Hans Maull (cit. Stavridis, 2001, p. 46).

Um traço definidor sobre poder civil é-nos apresentado por Eriksen (2009) no qual um poder civil “*respects basic humanitarian principles*” ao invés de simplesmente se abster de possuir “*coercive means*” (p. 102). Isto vem acrescentando robustez

ao que Duchene definia como duas características sobre o poder civil da UE como “*long on economic power and relatively short on armed force*” e “*a force for the international diffusion of civilian and democratic standards*” (cit. Stavridis, 2001, p. 44). Como nos diz Stavridis (2001) que aponta como característica fundamental “*the importance of promoting human rights remains a key element of the civilian power approach*” (p. 49) o que salta à vista ao longo do tempo na UE é a sua capacidade diplomática e humanitária pelo que é por Diez (2005) como “*a positive force in the world*” (cit. Haas, 2009, p. 3).

Esta noção de poder civil foi criticada por Bull em 1982 pela sua ineficiência e falta de autossuficiência em poder militar. Como solução apresentou a proposta de redefinição da Europa em poder militar (cit. Manners, 2002, p. 237).

Manners (2002) diz-nos que as visões aparentemente em posições contrastantes sobre a utilização do poder militar de Bull e o conceito de poder civil de Duchene apresentam pontos em que se aproximam, nomeadamente a visão estática da natureza do Estado-nação, a importância do poder físico e a noção de interesse nacional. Duchene enfatizava “*civilian forms of influence and action*”, Bull sublinhava o desencorajamento nuclear e as forças convencionais, ambos valorizavam o poder físico sobre a forma de capacidades empíricas fossem “*long on economic power*” (Duchene, 1973, p. 19) ou “*need for military power*” (Bull, 1982, p. 151).

“Europe’s attainment is normative rather than empirical.... It is perhaps a paradox to note that the continent which once ruled the world through the physical impositions of imperialism is now coming to set world standards in normative terms” (Rosecrance, 1998, cit. Manners, 2002, p. 238)

Manners diz-nos que ao olharmos para lá do debate civil versus militar é possível pensar no impacto das ideias no papel/identidade internacional da UE como representativo do poder normativo.

De acordo com Manners um dos problemas com as noções de poder civil e militar é o facto de estas se concentrarem no quanto a UE se parece com um Estado. O bom do poder normativo é a mudança de foco da análise empírica das instituições e políticas para uma análise incluindo processos cognitivos com componentes quer

simbólicos quer substanciais (Manners, 2000). Como Smith (2000) nos diz, a dimensão normativa é importante porque “*the debate about civilian power involves fundamental choices about the EU’s international identity*” (p. 27).

A noção de poder normativo europeu está localizada na discussão do “*power over opinion, ideé force, or ideological power*” (Manners, 2002, p. 239) e o desejo de ir além do debate sobre características de um quase estado através do entendimento da identidade internacional da UE (Manners & Whitman, 1998).

Manners diz-nos que as concepções da UE como poder civil ou poder militar, se colocam na questão das capacidades, e que esta discussão precisa de aumentar com um foco num poder normativo com uma natureza ideológica caracterizada por princípios comuns e por uma vontade de desconsiderar as convenções de Vestefália. Com isto Manners refere que menospreza a importância do poder civil ou militar da UE, mas que a habilidade da UE de moldar as concepções do que é normal nas relações internacionais precisa de ser tida em maior atenção.

De uma forma relativa poderemos dizer que a UE apenas tenta impor as suas normas como outros poderes mundiais ou impérios o fizeram no passado. Contudo, a sua diferença assenta no contexto histórico, política híbrida e constituição politico-legal.

“the creation of Community institutions and policies took place in a context where Europeans were committed to ‘pooling their resources to preserve and strengthen peace and liberty’ (Manners, 2002, p. 240)

A UE representa uma nova e diferente forma política. Para Ferguson & Mansbach (1996) a UE é politicamente inovadora sendo

“a strikingly different and more complex picture than traditional models of global politics allow, including less of a distinction between inside and outside the Westphalian state/polity” (cit. Manners, 2002, p. 240)

Para Buzan & Little (2000) a UE é um novo “*type of entity with actor quality*” que “*is experimenting with a new form of both unit and subsystem structure*” (cit. Manners, 2002, p. 240). Manners (2002) conclui, com o artigo 6 do TUE, que esta forma

híbrida enfatiza crescentemente certos “*principles which are common to the member states*” (p. 240).

Manners compara os artigos dos tratados, através dos quais a UE informa e condiciona as suas relações internacionais, a um catálogo de normas que se aproximam da convenção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, assim como da declaração dos Direitos do Homem. Desta forma salienta que, ainda que, por exemplo, Alston & Weiler ou King & Bogdandy sejam céticos acerca da aplicação e da visibilidade destas normas, não podemos olhar aquém de que a UE é normativamente diferente de outras políticas com o comprometimento aos direitos individuais e aos princípios de acordo com a Convenção dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais e da Declaração dos Direitos do Homem e da UN (cit. Manners, 2002, p. 241). Isto não discutimos, ainda que possamos complementar com o facto de que, tal como o próprio nos diz, o contexto histórico influencia a forma como as normas são enfatizadas, salientando aqui o contributo de Alston & Weiler de que “*a strong commitment to human rights is one of the principal characteristics of the European Union*” (cit. Manners, 2002, p. 241), sendo que a constituição da UE se deu devido a uma “*elite-driven, treaty based, legal order*” (p. 241), e que por isso as normas são fator crucial na determinação da sua identidade internacional, concluindo que

“This combination of historical context, hybrid polity and legal constitution has, in the post-cold war period, accelerated a commitment to placing universal norms and principles at the centre of its relations with its Member States (Merlingen et al., 2001) and the world (Clapham, 1999; Smith, 2001)” (cit. Manners, 2002, p. 241)

Por forma a enquadrarmos o nosso trabalho apresentamos a nossa visão sobre poder aproximada a duas realidades ou esferas distintas: o soft e o hard power. Vamos assim discordar de Manners considerando a sua visão normativa, como uma das formas de veicular estas duas esferas, soft e hard. Estas duas realidades contêm elementos que se identificam com a essência de cada uma. Dentro de cada esfera as dimensões são então mutáveis, podendo cada elemento tomar o topo dependendo da visão de cada autor, ainda que mantenham as características do ambiente que representam.

O poder normativo aproxima as duas esferas, distintas por natureza, pois ambos os ambientes têm a capacidade de moldar as relações internacionais através da sua normalização, seja por acordo e consentimento ou pela força e coerção. A grande diferença consiste na normalização externa na qual será o contexto em que tal acontece a grande decisória, quer histórico quer de interesse.

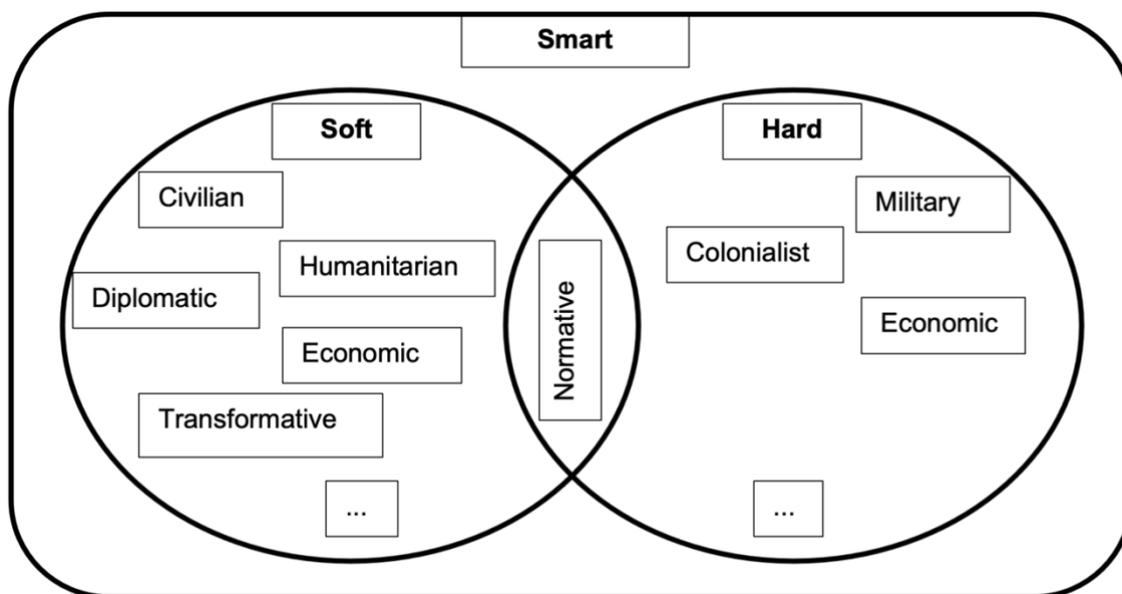


Figura 1: Tipologias de Poder – produção própria

Entre poder civil e normativo apoiamo-nos em Borzel & Risse (2009) para nos referirmos ao primeiro, pois seguimos a sua lógica de que *“focuses more on the means by which certain norms are promote”* (p. 5).

De acordo com o autor, a UE (ainda que a política externa não se faça sentir a uma só voz como se de um Estado se tratasse, o que é alvo de frustração) foi capaz de se construir de forma consistente num poder civil, através da promoção dos Direitos Humanos, da Democracia e do Estado de Direito, o autor defende assim que a

“EU has developed into a truly civilian world power, which disposes of the entire spectrum of policy instruments necessary to effectively promote the “civilization” of international relations” (Borzel, 2009, p. 6)

Borzel & Risse (2009) seguem o termo poder civil em vez do poder normativo. Estes concordam com Sjursen (2006a, p. 236) considerando a definição de poder normativo de Manners (2002) demasiado vaga. Borzel & Risse (2009) vão mais

longe e apontam que a promoção de normalizar o mundo ocorre comumente entre os grandes poderes mundiais

“Hegemonic and other great powers tend to build the international (or the regional) system according to their own principles, norms, and rules. Nazi Germany, the Soviet Union, the U.S., and now the EU have all been “normative powers” in the sense of their attempts and capacities “to shape conceptions of ‘normal’ in international relations” (p. 7)

Borzel & Risse (2009) identificam ainda um problema que o conceito de poder civil pode originar, nomeadamente o do surgimento de definições desnecessárias e meramente repetitivas como a de Harnisch & Maull (2001) de que “*states which actively promote the ‘civilising’ of international relations*” (cit. p. 7). Outro grande pormenor tem que ver com a interpretação de poder civil de Duchene, de acordo com este o poder civil não implica a renúncia ao uso da força, apenas o uso preferencial dos meios diplomáticos e económicos em relação à força. Esta confusão foi tida, por exemplo, por Hedley Bull

“Hedley Bull misunderstood Duchêne’s original formula; civilian power, according to Duchêne, does not imply a renunciation of the use of force under almost all circumstances but the emphasis of political and economic over military means to promote one’s interests” (Borzel & Risse, 2009, p.7)

O que levou a que poder civil se tornasse no antónimo de poder militar “*confusing it almost with pacifism*” (Borzel & Risse, 2009, p.7) tal como advoga por exemplo Karen Smith (2005) que nos apresenta uma simplificação de poder civil e militar como

“Civilian is non-military, and includes economic, diplomatic and cultural policy instruments; military is, well, military, and involves the use of armed forces” (p. 1)

Karen Smith (2005) argumenta que nas missões de Petersberg inclusive um militar será sempre alguém treinado para matar. O que nas missões de peacekeeping não faz sentido falar de poder civil, mas sim militar. Acredito que devemos ainda fazer um parêntesis para discutir que devemos pensar além da ação “*matar*”. Matar, implica em primeiro lugar acreditar que a causa pela qual se está a lutar é a mais certa, mas também, acima de tudo, implica uma série de interrogações por quem vai praticar a ação, mormente morais. Então devemos olhar de outra forma para o

que a autora defende e interpretar da seguinte forma: um militar é alguém treinado para lidar com a violência, quer física quer psicológica. Acrescento ainda que a missão nos dias de hoje atribuídas a quaisquer FFAA de um qualquer Estado de Direito não é a de fazer a guerra, mas sim de o manter a paz.

Contribuição importante para o enriquecimento do conceito de poder civil e que pretendemos inculcar aqui é o de Hans Maul. De acordo com Harnisch & Maull (2001) o poder civil tem seis características:

“Efforts to constrain the use of force through cooperative and collective security arrangements; efforts to strengthen the rule of law through multilateral cooperation, integration, and partial transfers of sovereignty; promotion of democracy and human rights, both within and between states; promotion of non-violent forms of conflict management and conflict resolution; promotion of social equity and sustainable development; promotion of interdependence and division of labor” (cit. Borzel & Risse, 2009, p. 8)

As características que Twitchett (1976) e Maul (1990) (cit. Manners, 2001, p. 4) atribuem ao poder civil que Manners interpreta como sendo o poder económico como centro para atingir objetivos nacionais, a primazia da diplomacia para resolver problemas internacionais e a vontade de usar instituições supranacionais legalmente vinculativas para se atingir o progresso internacional, estão em linha com o que Sjurssen (2006a, p. 249) sugere, como o reforço da dimensão cosmopolita do direito internacional seria um indicador deste poder civilizador e é mesmo isto que identificamos na projeção da UE no mundo.

Borzel & Risse (2009) incrementam este pensamento indicando-nos que a aquisição de meios militares não implica o fim de uma identidade baseada no poder civil. Essa aquisição apenas implica que se faça uma reflexão maior, por forma a perceber (p. 8):

- que tipo de estratégia política enquadra os meios;
- como é usada a força;
- e se a força é legitimada pela comunidade internacional.

Estes pontos apresentados permitem-nos aproximar de Sjurssen (2006a) que nos diz que de acordo com o exposto na EG de 2003 que “*seems to continue the tradition of ‘civilian power’ in the sense that it argues not only that the ‘new threats’*

*are not purely military*” (p. 238), sendo que a EG 2016, ou mais recentemente com a Bussola Estratégica, apontando-nos ainda mais concretamente estas ameaças híbridas, sendo que se deve pesar qual o nível de força a utilizar, ou se é que é necessário utilizar alguma, de acordo com a ameaça, ou conjunto de ameaças em concreto.

Como vimos, o poder da UE tem sido designado por várias formas dependendo do autor, mormente como “*poder civil*” (Duchene, 1972), “*poder normativo*” (Manners, 2002), “*poder humanista*” (Sjursen, 2006), “*soft power*” (Nye, 2004), “*poder transformador*” (Grabbe, 2004) ou “*superpower*” (McCormick, 2006). O que parece consensual é o que Mogherini (2017) nos diz sobre o âmago da UE “*The European Union was originally a peace project, and we continue to put peace at the core of our action.*”

## **Conclusões**

A política externa trata de

“finalidades almeçadas, valores estabelecidos, decisões tomadas e ações empreendidas pelos estados, e pelos governos nacionais atuando em seu nome, no contexto das relações externas de sociedades nacionais. Constitui uma tentativa de conceber (“design”), gerir e controlar as relações externas das sociedades nacionais” (Webber et all. cit. Santos, 2012, p. 145).

É então a capacidade de se moldar o ambiente internacional, constantemente em ebulição e transformação, condicionando-o, por forma a criar as condições necessárias para a prossecução dos próprios interesses.

“*Civilian powers rely on soft power, on persuasion and attraction, not on coercion or carrots and sticks*” (Hill cit. Smith, 2005, p. 4) e de acordo com Nye (2004) podemos atingir os resultados pretendidos

“the outcomes it wants in world politics because other countries – admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness – want to follow it” (p. 5)

Nye (2004), demonstra-nos os elementos constituintes do soft power podendo fazer a analogia com o que a UE vem demonstrando

“the major elements of a country's soft power include its culture (when it is pleasing to others), its values (when they are attractive and consistently practiced), and its policies (when they are seen as inclusive and legitimate)” (p. 160)

A UE advoga isso mesmo através dos valores e princípios em que baseia a sua ação, o que nos leva à célebre frase de Kagan “*Europeans come from Venus and the Americans from Mars*” (cit. Sjursen, 2006, p. 237) numa alusão à perspectiva, respetivamente, de Hobbes e de Kant.

O facto de dispor de várias soluções, entre as quais instrumentos militares, não leva a que isso por si só destrua ou se sobreponha ao seu poder civil. De facto, apenas demonstra a capacidade evolutiva da UE como organização *sui generis*, fruto dum mundo pós-Vestefaliano. Como podemos observar, a criação de uma diversa panóplia de soluções leva a que se pondere qual a melhor delas a cada momento específico despoletado na cena internacional. Até agora a única certeza tem a ver com a forma como estes meios foram empregues até recentemente, o que nos leva a crer que a criação de meios militares apenas veio complementar a ação civilizadora da UE no mundo.

A componente da segurança e defesa está presente no seio da UE e a PESC compreende de facto o prisma defesa e segurança através da PCSD.

Poder civil é o que é de momento ainda que tenha chegado o momento na UE “*de tomarmos medidas decisivas para garantir a nossa liberdade de atuação*” (p. 12 Bússola) sendo que a criação de instrumentos militares não significa literalmente que se vá contra o facto de a UE se constituir como vimos no contrário de um poder civil.

Depois do analisado aqui, avançamos de acordo com Borzel & Risse (2009) com o conceito de poder civil como forma de enquadrar a missão da EUTM no âmbito da PESC na promoção dos direitos humanos, democracia e Estado de Direito e no âmbito da PCSD na participação da manutenção da paz e estabilidade assim como na reconstrução dos Estados pós-conflito (p. 8).

## CAPÍTULO II – A DEFESA E SEGURANÇA NO SEIO DA UE

Podemos apontar a ideia UE que apontava como propósito “*urgente consolidar-se a paz na Europa*” (Quadros, 2015, p. 44) de tal forma que se evitassem os erros do passado.

A Robert Schuman e Jean Monet podemos dar destaque lembrando o seu Plano, que podemos apelidar “*como a verdadeira carta fundadora da Europa Comunitária*” (Quadros, 2015, p. 43).

Desde logo numa situação desesperante na tentativa de unir Estados europeus rivais após a II Grande Guerra com um primeiro passo de controlo de recursos estratégicos por uma alta entidade supranacional em 1951 com a criação da CECA.

Toda a ação da UE é baseada nos valores descritos no TUE no seu artigo 2.º como o respeito pela dignidade humana, a igualdade, a liberdade, o Estado de Direito, a democracia e o respeito pelos direitos do Homem (Caetano & Vidal, 2018, p. 129) e como se pode ler no artigo 21.º do TUE, toda a ação da União “*na cena internacional assenta nos princípios que presidiram à sua criação*”. A União procurará assim contribuir para uma sociedade marcada pelo pluralismo, pela justiça, pela não discriminação, pela igualdade entre homens e mulheres, pela solidariedade e pela tolerância, que ao entendermos os seus tratados numa conceção universal, e não apenas circunscrita aos seus membros, são propostos a todo o cenário internacional, com “*a convicção de que a atividade política internacional deve ser examinada em relação a uma condição humana universal*” (Moreira, 2016, p. 146).

Desde 2009 com o Tratado de Lisboa que a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) se encontra explicita nos artigos 42.º ao 46.º do TUE, e o envolvimento do Parlamento Europeu nesta Política no artigo 36.º. A PCSD enquadra o desenvolvimento da União, quer das suas estruturas quer das suas missões. Podemos atestar no artigo 42.º do TUE que a PCSD

“garante à União uma capacidade operacional ... Podendo empregar estes meios em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos, e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações”

Tal como nos diz Fiott (2020) sem esta capacidade operacional

“the Union will lack political credibility at a time when Europe is faced with a deteriorating security environment and the multilateral order is under threat” (p. 23)

## **A PESC**

Sempre houve uma tentativa de coordenar a política externa dos Estados-membros, ainda que a passos curtos. O Ato Único de 1986 foi um destes passos. Nele ficaram estabelecidas as linhas a seguir pelos EM na CPE com vista à instituição de uma política externa europeia. No fundo os Estados-membros concordaram em consultarem-se mutuamente em questões internacionais antes de se pronunciarem individualmente sobre elas.

Em 1992 com o Tratado de Maastricht foi instituída a PESC assentando na cooperação intergovernamental o que no sistema de três pilares instituído pelo Tratado este era o segundo.

Os objetivos da PESC eram fundamentalmente a defesa dos valores comuns, de interesses essenciais à UE e da sua independência, nomeadamente

“democracia, Estado de direito, universalidade e indivisibilidade dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, respeito pela dignidade humana, princípios da igualdade e solidariedade e respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional” (n.º 1, art.º 21.º, TUE)

A PESC continuou a sua evolução no seio da UE e sucessivamente foram instituídas alterações. Em 1997 o Tratado de Amesterdão instaurou a abstenção construtiva e a votação por maioria qualificada. Foi criada a figura do Alto Representante para a PESC em 1999. Com o Tratado de Nice é relevante o controlo político atribuído ao CPS, criado em 2001, assim como a direção estratégica em situações de crise.

Estes passos não significaram uma tomada de posição assertiva e concertada por parte dos Estados-membros, mas antes uma forma de se iniciarem rotinas e da própria União Europeia moldar a posição dos EM em assuntos externos. Assim a PESC não se revelou como sendo uma política externa única dirigida pela UE em nome dos seus EM, mas antes num adequar ou moldar de posições, cujos temas

não se revelavam vitais, mas que ainda assim o interesse demonstrado em determinados domínios era partilhado por vários membros, o suficiente para se criarem ações comuns.

Com o Tratado de Lisboa a PESC ganhou uma outra relevância, nomeadamente com a extinção da organização da estrutura de pilares que leva a que os Estados-membros tenham de apresentar maior coesão na cena internacional, ainda que de acordo com Vimont (2015) os EM não partilham ainda dos mesmos interesses na segurança internacional, sendo que se trata de um plano político pouco explorado pelos EM. Isto é um ponto importante para a nova PESC. Com o Tratado de Lisboa foi criado o SEAE que se estrutura sob o comando do Alto Representante dos Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, que é simultaneamente o AR/VP. O novo quadro instituído pelo Tratado de Lisboa também cria o Presidente do Conselho Europeu. A nível regulamentar a PESC tem as suas generalidades explanadas do artigo 21.º ao 46.º do TUE. O TFUE regulamenta a ação externa da UE dos artigos 205.º ao 222.º, 346.º e 347.º.

O Tratado de Lisboa é sem dúvida, até este momento, o ponto alto da prossecução da UE ao longo do tempo em se munir de maior unidade na sua ação, nomeadamente no que diz respeito às medidas implementadas:

- atribuição de personalidade jurídica à União permite à UE representar externamente o bloco e celebrar, por si, acordos com países terceiros e organizações internacionais;
- institucionalização do Conselho Europeu, em concreto com a criação do cargo de Presidente (permanente) da instituição;
- criação da figura do AR/VP unifica a PESC e confere-lhe estatuto hierárquico (substitui o Alto Representante para a PESC e o Comissário para as Relações Externas);
- no processo de tomada de decisão, com a atenuação da regra de unanimidade.

Esta, até agora explanada, trata-se da dimensão da política externa, com a qual a UE se dotou por forma a tentar apontar a objetivos comuns aos EM, assim como fazer face a desafios aos quais uma espécie de ministério de negócios estrangeiros (SEAE) pudesse responder.

A outra dimensão da PESC revela-se na segurança através da PCSD que compreende todas as questões relacionadas com a gestão de crises, abarcando a capacidade operacional suportada em meios quer militares quer civis.

## **A PCSD**

A PCSD está explanada do artigo 42.º ao 46.º do TUE, assim como o papel do Parlamento Europeu neste âmbito no artigo 36.º. A PCSD rege o desenvolver da UE neste âmbito, tanto nas suas missões como nas estruturas criadas para o efeito. A PCSD detém uma intergovernamentalidade mais próxima do que propriamente a PESC (n.º 1, art.º 41.º), o que se faz sentir na faculdade dos EM em montarem cooperações reforçadas através das designadas cooperações estruturadas permanentes (n.º 6, art.º 42.º, TUE). Esta estreita relação também se faz notar nas decisões que se destacam por seguir a unanimidade pelo Conselho após proposta do AR/VP (n.º 4, art.º 42.º, TUE). As exceções a esta tomada de decisão são as tomadas por maioria relativamente à AED (art.º 45.º, TUE) e à CEP (art.º 46.º, TUE).

O AR/VP *“preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros”* de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º do TUE e dirige a AED que se traduz no n.º 3 do artigo 42.º do TUE onde se lê que é a responsável *“pelo “domínio do desenvolvimento das capacidades de defesa, investigação, da aquisição e dos armamentos”* cujo papel se encontra determinado no artigo 45.º, que releva a cooperação entre a Comissão e a AED.

O Parlamento detém um papel fundamental em relação ao seu papel no passado sendo que este deve ser consultado *“regularmente... sobre os principais aspetos e as opções fundamentais... e informa-o sobre a evolução dessas políticas”* (art.º 36.º, TUE), podendo dirigir-se ao Conselho e ao AR/VP assim como fiscaliza o orçamento da PCSD (art.º 36º e 41º, TUE). Faço ainda uma ressalva para a complementaridade interparlamentar entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos dos EM cujas reuniões (duas por ano) permitem debater temas no âmbito da PESC (Protocolo 1 do Tratado de Lisboa). Assim como adota relatórios sobre a implementação quer da PESC quer da PCSD. O primeiro realizado pela AFET, o segundo realizado pela SEDE.

O princípio de assistência mútua não foi esquecido e encontra-se descrito no TUE onde lemos que se *“um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu*

*território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance...*” (n.º 7 do art.º 42º). Assim como o princípio da solidariedade no TFUE no qual a *“União e os seus Estados-Membros atuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana”* (art.º 222.º do TFUE). O que nos demonstra um reforço no campo de Defesa coletiva.

O exposto no artigo 42.º do TUE é claro sobre o propósito da PCSD atestando que esta

“garante à União uma capacidade operacional ... Podendo empregar estes meios em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos, e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações”

e que *“respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte... compatível com a política de segurança e defesa comum adotada nesse âmbito”*.

Ainda que a PCSD não se tenha alterado substancialmente, esta política permitiu a evolução da UE neste aspeto, por exemplo com um passo decisivo (ou o primeiro passo na decisão de uma maior especificação do objetivo da UE no âmbito defesa e segurança) que foi a definição pela AR/VP de uma estratégia global para a política externa e de segurança.

Em 2003 o sentimento crescente de insegurança e medo no mundo, infligido por ataques terroristas, confrontos inter e intraestados, assim como a aflição do crime organizado (OSCE, 2003, p. 2) levaram a UE a elaborar uma estratégia de segurança para a europa.

Três objetivos foram indicados pela EG:

- Enfrentar ameaças;
- Garantir a segurança na vizinhança;
- Auxiliar no estabelecimento de uma ordem internacional sobre o multilateralismo.

Estas ameaças identificadas foram alvo de mutações ao longo do tempo e demonstraram que o ambiente que nos rodeia é altamente imprevisível, acentuou-se assim o perigo iminente mormente no que vimos acontecer com os ataques

terroristas disseminados em território europeu, a crise migratória que atingiu o pico em 2015, a incursão na Crimeia pela Rússia em 2014, sendo claro que uma revisão da estratégia teria de ser efetuada sobre o risco de não haver resposta adequada e acima de tudo uma preparação para futuros eventos semelhantes, nos quais a UE teria de ser chamada a intervir ou, simplesmente, a dar uma resposta assertiva, fosse com os meios que fossem. Outro dos motivos que tornavam evidentes uma revisão à estratégia foi a alteração à perceção comum das ameaças, já que os sucessivos alargamentos da UE a catorze membros, que tiveram lugar em 2004, 2007 e 2013, produzem diferentes perspetivas, diferentes objetivos e interesses ao que já estava incorporado.

A 19 de junho de 2016 Federica Mogherini (AR/VP até 2019), redefine a estratégia para a PCSD, procurando orientar a ação da UE de forma coerente por forma a que fosse possível de forma lógica e indivisível responder às múltiplas ameaças e desafios que surgem externamente, tal como é esperado dum ator global como a UE ou nas palavras de Federica Mogherini “*our partners expect the European Union to play a major role, including as a global security provider*” (EG, 2016, p. 3), a EG para a Política Externa e de Segurança da União Europeia. Em novembro do mesmo ano foram apresentados ainda mais dois planos, nomeadamente o Plano de Execução sobre Segurança e Defesa e o Plano de Ação Europeu de Defesa.

Em conjunto estes três documentos constituíram-se no chamado “*pacote de inverno sobre defesa*” e, inequivocamente, revelaram-se num passo decisivo na capacidade da UE de responder à necessidade dos EM, provando procurar evoluir no âmbito da defesa e segurança dando seguimento ao iniciado no Tratado de Lisboa.

### **Pacote de inverno sobre defesa**

A EG (2016) apresenta como universal o que se espera como resposta a uma voz dos EM no campo da defesa e da segurança enumerando cinco prioridades (pp. 9-10):

- A segurança da UE;
- A resiliência do Estado e da sociedade a leste e a sul da UE;
- Uma abordagem integrada dos conflitos;

- Ordens regionais de cooperação;
- Governação mundial para o século XXI.

Ainda que a UE se dispusesse a enveredar pelo reforço concecional e operacional neste âmbito reforçando a sua autonomia no mundo, as suas parcerias existentes não são excluídas, ou colocadas em segundo plano já que *“they are best served in an international system based on rules and on multilateralism”* (EG, 2016, p. 4), ao que deduzimos que a estratégia da UE será redefinida com estes parceiros. Tal como as *“Petersberg Tasks also focus on multilateralism with NATO and the UN”* (Deschaux-Beaume, 2008, p. 5).

A EG além de pretender uma UE forte ou robustecida assenta (e pretende que as políticas aqui defendidas assim o sejam) nos seus valores *“our fundamental values are embedded in our interests”* (EG, 2016, p. 14), ou seja, como nos diz Stavridis (2001) *“the militarising of the Union's institutions, capabilities and intentions is strengthening the concept of a civilian power Europe”* (p. 46), o poder civil europeu só será reforçado.

Estes passos pretendem defender a UE no seu território e também no mundo já que *“my neighbour's and my partner's weaknesses are my own weaknesses”* (p. 4), objetivo que será conseguido aliando o existente soft power a uma mais aguerrida postura *“for Europe, soft and hard power go hand in hand”* (p. 4)

São várias as missões militares lançadas pela UE o que nos demonstra quer a evolução quer a orientação dada à política de defesa. Até ao momento estão em curso seis missões militares pela UE. Estas missões vão naturalmente de encontro às *Petersberg tasks*, desde a manutenção de paz, a prevenção de conflitos, a luta à pirataria e tráfico humano, assim como o apoio ao estado de direito, por forma a cimentar a segurança internacional.

Se há algo que a UE procura fomentar é manter os valores da UE presentes na sua ação contribuindo para a segurança quer dos EM quer dos seus parceiros, contribuindo conseqüentemente para a manutenção da segurança internacional com *“a convicção de que a atividade política internacional deve ser examinada em relação a uma condição humana universal”* (Moreira, 2016, p. 146).

Por forma a passar à ação a visão estabelecida tem de ser operacionalizada, colocando propostas concretas nas negociações, permitindo que estas se revelem úteis resolvendo, ou auxiliando a resolver, a curto prazo desafios que a UE reconhece no seu amago ao implementar uma Defesa Comum. Estes desafios representam-se sobretudo:

- nas diferentes vontades que cada EM exprime quanto à utilização da força armada através das suas políticas externas alinhadas claro pelos seus interesses individuais;
- nos custos que as missões no âmbito da PCSD iriam ser imputados aos EM;
- na inércia demonstrada na tomada de decisões neste campo.

Assim depois da EG ainda em 2016 foi apresentado o Plano de Ação de Defesa Europeu pelo AR/VP, que pretendeu operacionalizar a EG, congregando um conjunto de orientações técnicas com esse intuito.

No conjunto de indicações o FED revela-se como a pedra de toque no que à investigação e desenvolvimento coletivo dos projetos em defesa e de capacidades diz respeito (“*research*” e “*capability window*”) (Plano de Ação de Defesa Europeu, 2016, pp. 5 – 6).

A Indústria de Defesa Europeia estabelece-se como base do Plano (p. 5):

- FED;
- Recolher investimento para a cadeia de produção em defesa;
- Reforçar o mercado de defesa comum.

Em dezembro de 2016 o Conselho Europeu aprovou o pacote de inverno sobre defesa, como ficou conhecido o plano de execução em matéria de segurança e defesa, que segue a liderança da EG e cujos passos determinantes foram os que a seguir destaco:

**a) O reforço da cooperação entre EM através da criação da CARD**

Trata-se no fundo de uma forma de análise que permite maior transparência e visibilidade ao trabalho desenvolvido na defesa, por forma a colmatar lacunas no seu desenvolvimento assim como reavaliar objetivos.

**b) Uma cooperação mais estreita para os EM que o pretendam através da CEP**

A CEP está prevista no Tratado de Lisboa por forma a que EM possam aprofundar a cooperação na defesa. O grande passo neste âmbito deu-se em 2017 quando os EM acordaram em participar na CEP (exceto Dinamarca e Malta) lançada pela UE por forma a reforçar a defesa e segurança. Os projetos criados no âmbito da CEP vão desde a formação, o desenvolver de capacidades e a operacionalidade da defesa dos EM.

Um passo importante neste âmbito foi a abertura a países terceiros a participar de projetos da CEP, não em todos os projetos, e apenas os convidados excecionalmente.

**c) A melhoria da resposta a crises através do MPCC**

O MPCC veio claramente responder à necessidade da UE em responder mais assertivamente e em tempo oportuno a situações de crise. Em junho de 2017 foi estabelecida esta capacidade militar na esfera do Estado-Maior da UE.

Como podemos observar quer no Plano quer na EG a UE procurou aprofundar os laços cooperativos entre os EM no campo da defesa sem chocar com os interesses destes. Dando possibilidade de, aos que assim pretendessem, poderem aumentar a colaboração através da CEP elevando a resposta neste campo.

Relativamente a avanços no campo da defesa e segurança a criação do MPCC pretendeu promover uma resposta militar mais rápida e eficiente a este nível.

Ao dia de hoje o MPCC, criado em março de 2017, é o responsável por supervisionar três missões militares não executivas, nomeadamente no Mali, na Somália e República Centro Africana, através das missões de treino, as EUTM com vista ao auxílio nestas regiões à construção de capacidades no âmbito da segurança e defesa, assim como aconselhamento aos órgãos governativos locais.

## **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz**

Outro instrumento extremamente importante e que tem de ser mencionado é o que permite o financiamento das operações. O MEAP traduz-se como sendo o descendente dos mecanismos Athena e o de Apoio à Paz em África, substituindo-os. Trata-se de um instrumento extraorçamental com influência nos planos militar e defesa. Permite o financiamento das ações operacionais no âmbito da PESC tendo sido criado em 22 de março de 2021 na Decisão 2021/509 do Conselho.

O MEAP possui duas vias ou pilares para financiamento: operações e assistência.

O primeiro, pilar operações, financia as operações do âmbito da PCSD dentro da regulamentação do TUE no n.º 4 do seu artigo 42.º e no n.º 2 do artigo 43.º. O segundo, o pilar assistência, destina-se ao apoio de entidades terceiras de acordo com o TUE nomeadamente nos artigos 28.º e 30.º mormente no que diz respeito ao reforço das capacidades militares e defesa assim como nas operações de apoio à paz.

Um Comité organizado com um representante de cada EM e sob a presidência de um representante do Conselho. Os custos associados às operações no âmbito da PCSD são suportados pelos atores participantes nas operações. Os custos são assim financiados em conjunto através do mecanismo.

As operações que ao dia de hoje são financiadas pelo MEAP são:

- EUFOR ALTHEA
- EUNAVFOR ATALANTA
- EUTM SOMÁLIA
- EUTM MALI
- EUTM RCA
- EUNAVFOR MED IRINI
- EUTM MOÇAMBIQUE

## **“Bússola Estratégica”**

O mundo não espera que a estratégia surta efeito pelo que a moldura geopolítica está em constante movimento. Face a isto em 21 de março de 2022 foi aprovado

pelo Conselho o documento que implicará novas orientações ao reforço da capacidade militar da UE visto que "*as ameaças estão a aumentar e o custo da inação é claro*" diz o HR/VP Josep Borrel.

Com o "*regresso da guerra à Europa*" (Bússola, 2022, p. 2) a fórmula continua a mesma de acordo com o Conselho da UE

"Uma UE mais forte e com mais capacidade no plano da segurança e da defesa contribuirá positivamente para a segurança mundial e transatlântica e complementa a OTAN, que continua a ser a base da defesa coletiva dos seus membros" (p. 2)

adicionando ainda que a UE "*reafirma a sua intenção de intensificar o apoio à ordem mundial assente em regras, centrada nas Nações Unidas*" (p. 2).

O documento destaca metas concretas a atingir, de que forma e quando, de modo a tornar a UE "*num garante de segurança mais forte e mais capaz*" (p. 6).

Em termos concretos de objetivos este documento reforça a intenção da UE distribuído por quatro áreas: *Agir, Garantir a segurança, Investimento e Parcerias*. Dentro destes quatro pilares, objetivos específicos foram estabelecidos, dos quais destaco:

- A criação de "*uma capacidade de projeção rápida da UE, que nos permitirá projetar rapidamente uma força modular de até 5000 militares, nomeadamente com componentes terrestres, aéreas e marítimas*" (p. 14) reforçando "*substancialmente a mobilidade militar das nossas forças armadas dentro e fora da União*" (p. 18) e que através do "*Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, a UE pode prestar rapidamente uma assistência importante aos parceiros, nomeadamente fornecendo equipamento militar, muitas vezes, a título de complemento da formação ministrada no âmbito das missões da PCSD*" (p. 15);
- "*em consonância com os compromissos já assumidos no âmbito da CEP e tendo em conta os desafios estratégicos que enfrentamos, é urgente gastar mais e melhor*" ao incrementar "*substancialmente as despesas no setor da defesa, com uma parte significativa consagrada ao investimento, centrado nas insuficiências estratégicas identificadas.*" (p. 30) com o intuito de diminuir o "*capabilities-expectation gap*" (Hill, 1993);

- *“Se um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados--Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51.º da Carta das Nações Unidas”* (Bússola, 2022, p. 17);  
*“investir na nossa assistência mútua nos termos do artigo 42.º, n.º 7, do Tratado da União Europeia, bem como na solidariedade nos termos do artigo 222.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, em especial através de exercícios frequentes”* (p. 17);
- *“Uma UE mais forte e com mais capacidade no plano da segurança e da defesa contribuirá positivamente para a segurança mundial e transatlântica e complementa a OTAN, que continua a ser a base da defesa coletiva dos seus membros. Estes são interdependentes”* (p. 13).

Dada a situação atual da invasão russa à Ucrânia este documento é bastante mais duro em relação à Rússia que procura estabelecer esferas de influência na região do leste europeu, ressaltando que

*“These aggressive and revisionist actions for which the Russian government, together with its accomplice Belarus, is entirely responsible, severely and directly threaten the European security order and the security of European citizens”*

fazendo ainda referencia a outros teatros onde se fazem sentir os efeitos da atividade russa

*“como a Líbia, a Síria, a República Centro-Africana e o Mali, a Rússia também se projeta e aproveita as crises de forma oportunista, inclusive recorrendo à desinformação e a mercenários, como o grupo Wagner. Toda esta evolução constitui uma ameaça, tanto a longo prazo como direta, para a segurança europeia, e continuaremos a enfrentá-la com determinação”* (Bússola, 2022, p. 7)

Em 2022 Catherine Ashton admitiu que enquanto no cargo de HR/VP entre 2009 e 2014 propôs várias sanções *contra o Governo russo assumindo ter* havido complacência de Bruxelas em relação às posições de Moscovo, sobretudo depois da anexação da Crimeia, em 2014 *“o argumento invocado para moderar as sanções era que se adotássemos medidas mais extremas, poderíamos conduzir a situação a uma escalada”* A Rússia lançou em 24 de fevereiro uma ofensiva militar na Ucrânia que matou pelo menos 925 civis e feriu 1.496, incluindo mais

de 174 crianças, tendo provocado a fuga de mais de 10 milhões de pessoas, entre as quais mais de 3,48 milhões para os países vizinhos, indicam os mais recentes dados da ONU<sup>1</sup>.

Mas como faz notar Biscop (2019) sobre a Bússola Estratégica

“the most important thing is that they focus strictly on what they are really willing to do. There’s no point in producing new guidelines that capitals are not actually intending to apply. We need a good strategy and we need it to be implemented” (p. 4)

O futuro próximo revelará até onde vai a vontade alinhada dos EM em relação à PCSD, mas as ações atuais da EU, nomeadamente na articulação dos EM na consolidação de instrumentos e planeamento como a Bússola Estratégica, confirmam a necessidade urgente de uma ação consertada, já que as ameaças são reais e exigem resposta imediata.

---

<sup>1</sup> Debate por vídeo sobre a invasão russa da Ucrânia, com Durão Barroso, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian em <https://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/1958398/houve-muita-cenoura-e-pouco-pau-com-a-russia-no-passado>

### CAPÍTULO III – EUTM RCA: ESTUDO DE CASO

Antes de avançarmos para o que é o nosso estudo de caso vamos esclarecer dois conceitos que se encontram interligados, o de fragilidade e o de RSS.

Desenvolvimento e segurança estão intrinsecamente ligados constituindo-se como duas das principais necessidades às populações dos estados em situação de fragilidade. É nestes teatros que a insegurança por todo o mundo se faz notar mais visivelmente.

A OCDE (2020) define a fragilidade como

“a combinação da exposição ao risco e a insuficiência da capacidade do estado, sistema e/ou comunidade de lidar, absorver ou mitigar esses riscos. A fragilidade pode levar a resultados negativos como violência, pobreza, desigualdade, refugiados e degradação política e ambiental” (p. 15)

É neste cenário de fragilidade que *“os conflitos armados e as suas consequências se concentram, assim como vem crescendo a violência política e contra civis”* (OCDE, 2020, p. 33).

Depois de reconhecermos que segurança e desenvolvimento se constituem como extremamente relevantes para as populações de qualquer país, a comunidade internacional vem identificar a necessidade destes, em conjunto com a paz, deverem ser abordados de forma integrada, apontando então a que nos países em estado de fragilidade se proceda a um reforço institucional local que contribua decisivamente para a segurança e desenvolvimento sustentável, falamos assim da RSS para que se atinja esse propósito.

A RSS é definida pela OCDE como

“another term used to describe the transformation of the ‘security system’ – which includes all the actors, their roles, responsibilities and actions – working together to manage and operate the system in a manner that is more consistent with democratic norms and sound principles of good governance, and thus contributes to a well-functioning security framework” (cit. Pereira, 2013, p. 70)

Apresenta-se-nos uma definição multidimensional, que se pretende que lance as bases para uma estabilidade securitária através da reforma institucional que

respeite os valores democráticos, permitindo a que o desenvolvimento humano e sustentável não seja depois interrompido.

Um dos países nesta situação de fragilidade e com o processo RSS a decorrer com o auxílio da UE, com a EUTM, e da ONU, através da MINUSCA<sup>2</sup>, é a RCA, que escarpelizamos a seguir.

## **A RCA**

### **a. Caracterização do país**

Localizado no coração de África a RCA é um Estado que possui uma área total de aproximadamente 623 000 km<sup>2</sup> e aproximadamente 5,7 milhões de habitantes, dos quais cerca de 1 milhão vive na capital. Tem como fronteiras a Norte o Chade, a Sul a República Democrática do Congo e o Congo, a Este o Sudão e o Sudão do Sul, e a Oeste os Camarões. A RCA constitui-se como uma República semipresidencialista, cujo mandato do presidente é de cinco anos, e a sua assembleia é constituída por cento e quarenta elementos. A sua língua oficial é sangho ainda que se fale também o francês. A sua história está ligada à da França, tendo sido a RCA uma colónia francesa, cuja autodeterminação se deu em 1960.

Em termos de infraestruturas preponderantes possui um único aeroporto internacional, Bangui M'Poko, revelando ainda que as instituições herdadas da França se circunscrevem à capital Bangui, sendo que as que se espalham pelo resto do seu território não se constituem relevantes para a governação do país, pois o seu objetivo era a exploração mineira.

---

<sup>2</sup> essencialmente, mas outros atores estão envolvidos, dos quais destacamos a Rússia e a França



*Figura 2: Cidade de Bocaranga e uma das principais vias de comunicação do país - fotografia pelo próprio*

O estrato social da RCA é bastante segmentado, sendo representado por vários grupos étnicos como Gbayas (33%), Banda (27%), Mandjia (13%), Sara (10%), Mboum (7%) entre outros (10%) (Mouta et al., 2018, p. 11).

A população da RCA é extremamente pobre, com as estatísticas de 2018 a apontarem para que 71% viva abaixo do limiar da pobreza e ainda com metade da sua população a necessitar de ajuda humanitária com 1,6 milhões de entre estas a revelarem carácter urgente na assistência. Paradoxalmente o país possui significativas reservas de minérios como diamantes, ouro, urânio ou petróleo. Assim compreende-se que pelo exposto a RCA se encontre no penúltimo lugar (188.º) do Índice de Desenvolvimento Humano.

A esperança média de vida situa-se nos 53 anos, com cerca de 41% da população total a sofrer de problemas relativos a uma má nutrição. Existem cerca de 7,3 profissionais de saúde por cada 10 mil habitantes, o que reforça a situação da saúde no país. A fertilidade ronda os 6 filhos por mulher sendo elevada tal como é a mortalidade infantil também é alta, 179 por cada 1000 nascimentos. A mortalidade maternal é a mais alta do mundo com 882 por cada 100 mil nascimentos.

Ao nível da educação primária esta é deplorável e a educação secundária não existe para o sexo feminino. Ao entrarmos na questão do género, a violência é enorme para com as mulheres e raparigas, dos quais destaco os 11 mil casos reportados em 2016, dos quais 74% envolviam crianças.

À pobreza e violência podemos ainda acrescentar os fluxos migratórios como fator que contribui para a crise humanitária no país. Cerca de 692 mil deslocados internamente enquanto 736 mil se tornam refugiados nos países vizinhos o que se deve maioritariamente aos conflitos internos (CAR Report SG, pp. 6 – 7).

#### **b. O conflito**

Este país é como constatámos altamente rico em recursos naturais como ouro, diamantes e uranio, mas em contrapartida no que diz respeito ao tecido humano e desenvolvimento incrivelmente pobre.

Tratando-se de um país extremamente jovem, o seu percurso desde a sua autodeterminação até aos dias de hoje tem sido marcado pela violência e indiferença pela dignidade humana.

Para efeitos de antecedentes do conflito que nos interessa aqui analisar vamos atrás no tempo até 2012, fazendo uma breve síntese histórica, abarcando os pontos chave no seu desenvolvimento.

Desde 2012 que a RCA passa por períodos agitados muito devido ao crime violento levado a cabo em grande parte aos conflitos entre grupos armados que se foram multiplicando ao logo do tempo.

O grupo armado Séléka, uma coligação de vários grupos primeiramente muçulmanos revoltou-se contra o então governo procurando controlar o país; derrubando o regime do então Presidente Bozizé e controlar as localizações dos recursos naturais do país (Siradağ, 2016, p. 89). Esta insurgência levou a um empobrecimento das relações étnicas no país assim como o aumento do sentimento de insegurança vivido. Em 2013 dá-se o golpe de estado resulta e o líder do grupo armado Séléka, Michel Djotodia, autoproclama-se Presidente.

Como resposta a esta tomada do poder no país, no ano de 2013, nasce o grupo armado anti-Balaka, uma coligação de combatentes primariamente cristãos pretendendo contrapor o poder dos Séléka (Siradağ, 2016, p. 89) cujo objetivo passava por prestar apoio ao Presidente deposto, Bozizé. O que se revestia de um confronto violento e marcadamente étnico passava agora a ser conotado

religiosamente, sendo que este grupo atacava indiscriminadamente cidadãos muçulmanas assim como elementos Séléka, assumindo contornos de limpeza étnica (Siradağ, 2016, p. 90). A população ameaçada procurava agora refúgio, iniciando ondas de migração, a norte, nas regiões controladas pelos Séléka e nos países próximos como Camarões, Chade ou República Democrática do Congo.

O então autoproclamado Presidente Michel Djotodia em 2013 desfez a coligação Séléka demonstrando a sua vontade em retirar o país do caos, mas os grupos, denominados ex-Séléka, iniciaram ondas de violência indiscriminada, consequentemente o Presidente caiu e estes conflitos levaram a uma total perda de controlo do GoCAR sobre toda a região fora da capital Bangui, com confrontos anti-balaka versus ex-sélékas a estenderem-se a todo o país.

Em 2014 uma *État de la Transition* foi criada até novas eleições tendo sido apontado como Chef de l'État de la Transition, Catherine Samba-Panza,

As eleições realizadas em 2015 tiveram como resultado a nomeação como Presidente de Faustin Archange Touadéra, mas a inércia ou incapacidade das instituições em lidar com os conflitos levou a um crescente poder dos grupos armados.

Foi a muito custo que na capital do Sudão, em Cartum, a 05 de fevereiro de 2019 foi assinado o acordo de paz entre os 14 grupos armados e o GoCAR, depois de terem sido iniciadas as conversações a 25 de janeiro do mesmo ano por iniciativa da UN e UA com a presença dos líderes dos grupos armados e por uma delegação do GoCAR. Participaram ainda nas negociações Jean Pierre Lacroix, Secretário-Geral Adjunto para as operações de paz das Nações Unidas, assim como Smail Chergui, Comissário da UA como mediador. Infelizmente em termos práticos os conflitos entre grupos perduram, o crime persiste e a população civil é perseguida

“Between 1 October and 1 February (2021 – 2022) (...) Armed groups allegedly perpetrated 57.4 per cent of documented human rights abuses, including the killing and rape of civilians. They were involved in 237 incidents that affected 532 victims” (CAR Report SG, p. 9).

E que podemos comprovar através de Diatta (2021) essa tendência violenta que continua a fazer parte do quotidiano

“Of the 14 groups that signed the 2019 peace agreement at least half continuously violated it. A report tabled by the UN Secretary-General at the UN Security Council notes that between February and June 2020 there had been 504 violations, while some armed groups, including those that were still represented in government, had attempted to increase the size of the areas under their control” (p. 9)

Um avanço democrático foi dado com a primeira volta de eleições presidenciais e legislativas realizadas em 27 de dezembro de 2020 com o Presidente Faustin Archange Touadéra a ser reconduzido com 53,61% dos votos, situação validada a 18 de janeiro de 2021 pelo Tribunal Constitucional.

Mas não sem antes uma coligação de grupos armados denominada CPC ter dominado várias cidades do país e conseqüentemente ter tentado tomar a capital Bangui a 13 de janeiro de 2021. Este avanço só foi parado graças ao esforço conjunto da MINUSCA, em conjunto com as forças russas e ruandesas<sup>3</sup>.

Numa primeira perspetiva parece evidente que a fragmentação do país se deve a dois grandes motivos aprofundados por um terceiro:

- Religião contrastante entre muçulmanos e cristãos;
- Composição étnica extremamente plural;
- Pobre arranjo institucional.

Falamos assim de conflitos que partem de razões religiosas ou podemos ainda caracterizá-lo como um confronto identitário. Mas devemos ainda olhar para este conflito sobre outro prisma, nomeadamente sobre o ponto de vista de Varino, que nos faz ultrapassar a problemática de carácter religioso ou étnico, advogando tratar-se antes de “*um conflito de controlo de recursos e natureza política do controlo dos destinos do país*” (cit. Mouta et al., 2018, p. 11), num país como nota o DFC Gen Maia Pereira “*em que 63% da população sobrevive de ajuda humanitária*”.

Qualquer que seja o real motivo por detrás do que tenha despoletado o conflito, a certeza é que ao longo do tempo foram cometidos incontáveis crimes contra a humanidade assim como crimes de guerra, pelo que os limites parecem ter sido extravasados.

---

<sup>3</sup> Estes dois países detêm acordos bilaterais com a RCA

Resumindo, o que podemos constatar desta sucinta caracterização é que enquanto Estado a RCA não se encontra em condições (neste momento) de por si só, de garantir à sua população os fins a que está obrigado como a justiça, o bem-estar ou naquela que é a legitimidade do uso da força coerciva como nos diz Weber (1964), na manutenção das fronteiras, controlo e administração da comunidade, ou na chamada pacificação interna sobre a capacidade do Estado em influenciar a atividade diária através de regulamentação legal (Giddens, 1987).

Não é de estranhar o lugar que a RCA ocupa no *Índice de Estados Frágeis* divulgado pelo Fund for Peace, em sexto, e figurar na lista de Países em Situação de Fragilidade da OCDE de 2020 (OCDE, 2020, p. 24).

## **A EUTM**

Na ressaca de mais um golpe e estando em funções uma *État de la Transition* até novas eleições, a Chef de l'État de la Transition, Catherine Samba-Panza, solicitou à UE a aprofundar o apoio às FACA através duma estrutura reforçada de treino em colaboração com a MINUSCA (Decisão PESC 2016/610).

Já em 2014 a UE tinha lançado uma missão no âmbito da PCSD de carácter militar conforme a Resolução CS ONU 2134/2014, formando a plataforma jurídica para o lançamento da então EUFOR RCA, que se pretendia temporária

“to provide stability in parts of Bangui in the Central African Republic (CAR), as well as secure the city's airport for an initial period of six months. It was later extended for a further three months before handing over to the UN operation (MINUSCA)” (Tardy, 2015, p. 21)

Catherine Ashton, a HR/VP de então, afirmava acerca da missão que se estavam

“a utilizar todos os instrumentos à nossa disposição, da ajuda humanitária ao apoio político para a transição, à nossa cooperação para o desenvolvimento a longo prazo. A EUFOR RCA será enviada o mais rápido possível”

A EUFOR RCA visava fundamentalmente a contribuição para um ambiente seguro na capital Bangui por forma a

“proteger a população civil de qualquer violência adicional, para garantir que o povo da República Centro-Africana possa viver sem medo e começar a reconstruir seu país e para garantir que a ajuda humanitária possa ser fornecida”<sup>4</sup>

Esta revelou-se como uma missão não só perigosa como uma missão militar robusta sobre a bandeira da UE na alçada da PCSD

“in support of the AU mission in a highly unstable environment, it was potentially one of the most dangerous EU operations ever launched. Its mandate was robust with the use of force authorised to protect the civilian population” (Tardy, 2015, p. 21)

A EUTM RCA vem assim no encaço do seu antecedente EUFOR RCA, isto pois como nota Tardy (2015) estas missões servem para criar “*the space for a political settlement to be reached, but are not per se conflict resolution mechanisms*” (p. 23). Passamos de uma missão de carácter militar com operações de combate para uma missão militar de carácter não executivo, ou seja, cujo intuito é prestar apoio à nação recetora não europeia no âmbito da PCSD, sendo que as operações militares “*contemplate mandates spanning from executive functions with potentially coercive tasks to capacity building activities*” (Crete et al, 2017, p. 14), poderemos facilmente incluir a EUTM RCA na última.

“Strengthening functions mainly relate to capacity-building activities in the rule of law area. Monitoring functions consist in the observation of the performance of relevant host country institutions (e.g. police services, military forces and civilian authorities) and their personnel or of the implementation of an agreement (e.g. a truce, a ceasefire or a peace treaty). Executive functions relate to the carrying out of certain tasks in substitution to the recipient state”

A EUTM RCA é então lançada na Decisão PESC 2016/610 de 19 de abril de 2016 com vista ao seu lançamento em julho de 2016 (Decisão PESC 2016/1137) após em 30 de março de 2016, o Presidente Faustin-Archange Touadéra, ter convidado a UE a enviar uma missão de treino militar da PCSD ao seu país.

Foi então aprovada a *Crisis Management Concept* para a ainda possível (na altura) da EUTM RCA (Decisão PESC 2016/610, ponto 3) assim como o reconhecimento

---

<sup>4</sup> Catherine Ashton in [https://eeas.europa.eu/archives/csdp/missions-and-operations/eufor-rca/index\\_en.htm](https://eeas.europa.eu/archives/csdp/missions-and-operations/eufor-rca/index_en.htm)

da mais-valia ao apoio da UN a fim de contribuir para a reforma do setor de defesa do país.

A missão da EUTM RCA é então estruturada de forma que os seus principais objetivos (Decisão 2016/1137, art.º 1.º) sejam:

- (1) em primeiro lugar uma contribuição decisiva para a reforma do setor de defesa no âmbito da RSS, proporciona aconselhamento às entidades que supervisionam a política de RSS e a de segurança nacional em coordenação com as várias outras missões internacionais presentes no território centro africano<sup>5</sup>;
- (2) decorrente do primeiro apoia na edificação de uma estrutura de FACA moderna, eficaz, democraticamente responsáveis e ainda etnicamente harmoniosa, sendo que para isso a estrutura da EUTM RCA é baseada em três pilares:
  - (a) aconselhamento estratégico ao Ministro da Defesa, ao seu Estado Maior e às Forças Armadas;
  - (b) educação a oficiais e sargentos das FACA;
  - (c) e a formação tática ou operacional às FACA.

Em 19 de setembro de 2018 de acordo com a Decisão PESC 2016/610 o primeiro mandato de 24 meses iria terminar tendo sido instituída uma prorrogação de 24 meses com a Decisão PESC 2018/1082 do Conselho até 19 de setembro de 2020.

A 28 de maio de 2020 após recomendação do Comité Político e de Segurança foi prorrogado o mandato da EUTM RCA com a Decisão PESC 2020/1133 até 19 de setembro de 2022. Esta decisão do Conselho vem ainda reformular a prestação da EUTM devido ao lançamento da EUAM, pretendendo uma coordenação eficaz entre estas e a MINUSCA por forma a *“assegurar a prestação de um apoio integrado e coerente ao Governo e às forças de segurança da República Centro-Africana”* (Decisão PESC 2020/1133, ponto 4).

---

<sup>5</sup> destaco a MINUSCA neste âmbito e a EUAM – iniciada em 16 de março de 2015, por decisão do Conselho da UE com o propósito de auxiliar no processo de reforma da Defesa

Este mandato último aumenta ainda a área para assistência militar nas áreas geográficas que as FACA pretendam no âmbito do Plano de Defesa Nacional, nomeadamente às cidades de Bangui, Bangassou, Bouar e N'Dele.

A EUTM RCA encontra-se sediada na capital Bangui, concretamente no Campo M'Poko-Moana.

A nível de recursos disponibilizados:

- aquando da sua força total atingirá os 365 homens cujos países representados com militares vão desde a Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Eslováquia, Espanha, França, Geórgia, Itália, Lituânia, Macedônia, Polónia, Portugal, Roménia, Sérvia e Suécia;
- O orçamento previsto é de 34 187 000 € para o período em questão (de 20 de setembro de 2020 a 20 de setembro de 2022).

Em forma de resumo o que podemos desde já observar é uma conceção global que integra atividades de carácter humanitário e desenvolvimento, políticas e securitárias, de acordo com as quais podemos enumerar dados atualizados pela UE sobre os resultados da EUTM RCA a 28 de setembro de 2021:

- a nível estratégico apoiou com o desenvolvimento e implementação de documentos vários, com mais de 160 políticas de defesa e de leis produzidas (EUTM RCA Report 12 months, p. 16) como são o caso do Plano de Defesa Nacional, Plano de Recrutamento e Lei de Programação Militar. Elaborou ainda projetos de infraestruturas e equipamentos financiados pela UE para implementação no país e ainda com a montagem de pontes em Zinga e Sapeke;
- a nível tático foram treinados cinco batalhões, dos quais quatro batalhões de infantaria (1º, 2º, 3º e 4º BIT) e um batalhão anfíbio. Foi ainda ministrada formação a 1200 oficiais e sargentos numa panóplia de áreas tais como transmissões, liderança, tática, Direito Internacional Humanitário, direitos humanos e prevenção de abuso sexual e HIV. Desde o seu início em 2016 até 2021 um total de 9980 militares pertencentes às FACA receberam treino.

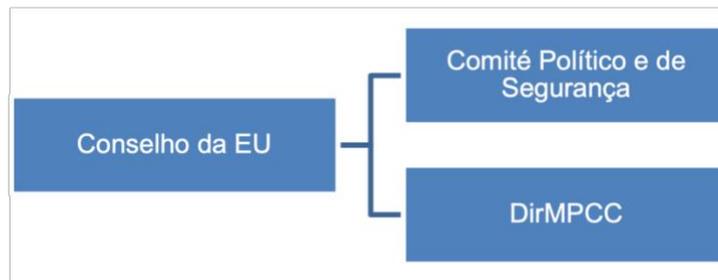


Figura 3: Estrutura superior EUTM – produção própria

A estrutura da UE que sustenta esta missão é apresentada no seguinte esquema: a responsabilidade do Controlo Político e Direção Estratégica é do Conselho da EU e é assegurado pelo CPS; quanto à Direção Militar esta é exercida pelo Diretor do MPCC, como Comandante Operacional, o Vice-Almirante Hervé Bléjean, a partir de Bruxelas.

O Comandante da Força da Missão (MFCdr) exerce o comando em Bangui (RCA) sendo o responsável pelo nível operacional, o Brigadeiro General Herman Ruys - conselheiro oficial do Presidente da RCA em matéria de defesa.

### **A missão: A reforma do sector de segurança aplicada aos setores defesa e segurança**

O então Presidente Bozizé solicitou em 2007 ajuda internacional por forma a conter a violência no país simultaneamente melhorando a segurança no país. Após reuniões com os parceiros foi delineado um plano a dois anos no âmbito do RSS, o NSSRP, implicando alterações nos campos da defesa, segurança pública, controlo fronteiriço, justiça e informações. No final de 2010 ainda não havia metas atingidas visivelmente.

Em 2012 a CEEAC criou a MICOPAX tentando conter a instabilidade no país (Mouta et al., 2018, p. 7). A MICOPAX revelou-se insuficiente e um golpe de estado liderado pelo grupo Séléka encabeçado por Michel Djotodja, mergulhou a RCA numa nova crise. O CS, na sua Resolução ONU 2127 de 05 de dezembro de 2013 criou a MISCA, uma missão de paz formada por contingentes africanos, liderada pela UA (Mouta et al., 2018, p. 8). A AU MISCA propunha-se a estabilizar o país, a defender a população e salvaguardar ajuda humanitária, reformar o sector de segurança e repor a ordem e segurança públicas. De acordo com Siradağ (2016) alguns entraves se colocaram desde logo ao sucesso desta missão começando

pela falta de consenso político, a descoordenação entre os intervenientes no terreno assim como as dificuldades logísticas e económicas (p. 97). Neste âmbito podemos apontar o facto da UA ter aplicado um regime sancionatório à RCA e ao seu líder Michel Djotodia e ainda assim Chade, Sudão ou Quênia, para apontar alguns exemplos, prosseguiram relações desconsiderando o imposto.

Este Governo que tomou o poder pela força foi obrigado a resignar depois da pressão internacional e de muita violência se ter despoletado no país. Em 2014 foi nomeado Presidente Catherine Samba-Panza por uma Assembleia de Transição.

AU MISCA terminou e iniciou-se a MINUSCA pela Resolução CS ONU 2004/2149, tendo como objetivo primário a proteção de civis, mas também o apoio ao processo de transição, a facilitação à assistência humanitária, a proteção e promoção dos direitos humanos, o apoio à justiça e ao Estado de Direito e o apoio ao processo DDR. Este aparente reforço da atenção à RCA por parte da UN tentando tomar controlo e evitar mais violência poderá ter sido, quem sabe, evitar que se pudessem repetir acontecimentos como os do Ruanda.

No ano de 2015 através de novas eleições foi eleito como Presidente Faustin Archange Touadéra. Neste ano, com o apoio da MINUSCA, o GoCAR elaborou uma reunião com o intuito de se rever a Segurança Nacional centro-africana, que levou à aprovação e adoção pelo Conselho de Ministros em 2017 da Política Nacional de Segurança (Rigg, 2017, p. 158). Decorrente deste surgiu a *Estratégia Nacional SSR (2017-22)* aprovada em 2017.

No território estão presentes várias OI, como são o caso da ONU desde 2014 através da MINUSCA e a UE desde 2016 através da EUTM RCA (Mouta et al., 2018, p. 14).

Depois da entrada em cena da MINUSCA e da EUTM RCA no país podemos apontar uma melhoria no que diz respeito à tentativa de estabilização e prossecução da RSS.

A EUTM RCA está dotada de um efetivo de 170 indivíduos, a sua missão é a de ministrar treino e formação às FACA, assim como assessorar o Ministério da Defesa da RCA.

As FACA são um espelho da fragmentação do estado. Estas foram sendo recrutadas com base nos grupos étnicos a cujos líderes do país pertenciam e se encontrava no poder pretendendo com isso a construção de lealdade, o que levou a divisões internas. Um exemplo que espelha a situação do país numa área extremamente sensível na construção da segurança. Assim as FACA são compostas por três grupos étnicos cristãos os Gbaya (33%), os Banda (27%) e os Manza (13%), os grupos étnicos muçulmanos são representados de forma muito pouco expressiva (Ebo et al., 2020, p. 115).

Substituindo a AU MISCA que sofria com falta de apoio internacional, como já vimos, a MINUSCA veio alargar o apoio à RCA através (in Ebo et al., 2020, p. 119):

- De apoio político a um quadro estratégico e de visão à segurança nacional, incluindo uma Política de Segurança Nacional e um Conselho Superior de Segurança Nacional (Conseil supérieur de la sécurité national) assim como a inclusão de minorias e grupos marginalizados em instituições de segurança;
- De apoio institucional de criação de instituições de segurança profissionais e efetivas;
- De uma prossecução de procedimentos democráticos e de sustentabilidade através de controlo civil e de fiscalização parlamentares;
- De coordenação do apoio internacional.

Inicialmente a RSS não estava nas prioridades principais das missões de peacekeeping na RCA, ainda que delas fizessem parte, mas à medida que o tempo foi passando veio a assumir um papel de destaque e uma preocupação essencial das OI nomeadamente através das várias resoluções que foram sendo emanadas como a seguir enumeramos:

- Na Resolução CS ONU 2014/2149 concentrava-se na prioridade em mãos relegando a RSS para segundo plano considerando-a uma “*aditional task*” (Ebo et al., 2020, p. 119);
- A Resolução CS ONU 2015/2217 inclui a RSS no segundo nível de “*essential tasks*” passando a apoiar o Governo nas atividades RSS através de aconselhamento estratégico em coordenação com a UE e coordenando a

assistência técnica assim como o treino entre os parceiros internacionais (Ebo et al., 2020, p. 120);

- A Resolução CS ONU 2016/2301 inclui a RSS como uma das prioridades da missão sobre o objetivo estratégico de criar condições à redução dos grupos armados e clarificando o papel da MINUSCA nesta área, delegando-lhe o apoio através do “*strategic and technical advice to the CAR authorities to design and implement a strategy for (...) SSR*” em parceria com a UE assim como “*coordinate the provision of technical assistance and training between the international partners (...) to ensure a clear distribution of tasks in the field of SSR*” (Ebo et al., 2020, p. 120);
- Na Resolução CS ONU 2018/2448 o papel da MINUSCA e a prioridade RSS manteve-se inalterada;
- Em 12 de novembro de 2021 no CS foi aprovada a Resolução 2605 que prorrogou por mais um ano o mandato da MINUSCA com término em 15 de novembro de 2022.

Da participação ativa da MINUSCA no seu apoio ao GoCAR resultou, em conjunto com as OI - Nações Unidas, UE e Banco Mundial - um documento de recuperação e de construção de paz, cujo GoCAR adotou como RCPCA 2017-21 em 2016.

É também importante referir que da prioridade RSS resultou uma participação da MINUSCA no aconselhamento técnico e estratégico ao Governo que culminou na passagem da *Política de Segurança Nacional* aprovada em 2017 para a *Estratégia Nacional de SSR* adotada para o período temporal de 2017-22, e foca as seguintes áreas (Ebo et al., 2020, p. 122):

- Reforço da capacidade do setor de segurança;
- Aumentar a segurança das pessoas e bens e restaurar a autoridade estatal;
- Adotar uma boa governança e a o estado de direito.

As conversações para um cessar-fogo que permitisse a paz foram tidas em consideração, passando a ser tido como um objetivo importantíssimo. Por forma a se obter um acordo entre Governo e os 14 grupos armados reconhecidos foi levado a cabo em 2017 pela *Iniciativa Africana pela Paz e Reconciliação Nacional* com o apoio da MINUSCA, para se dialogar e criar um caminho para a paz.

Em 2019 foi assinado um *Acordo Político para a Paz e Reconciliação para a RCA*, que incluiu importantes pontos para a RSS (Ebo et al., 2020, pp. 122 – 123):

- Um comprometimento pelo GoCAR em tentar uma inclusão dos vários grupos sociais nas FACA e forças de segurança através de um processo de recrutamento transparente;
- Um comprometimento pelo GoCAR na harmonização do processo de reintegração de ex-combatentes e dos ex-membros das FACA nas forças de segurança e defesa;
- Acordo entre as partes em criar unidades mistas de segurança, compostas por membros das FACA, forças de segurança e membros desmobilizados dos grupos armados, para um período de transição de 24 meses.

Estes pontos como referem Ebo et al. (2020) terão pela frente vários desafios ao nível político e técnico, devendo as OI internacionais lideradas pela União Africana com o apoio da MINUSCA de apoiar a sua implementação (p. 123). Destaco das várias reuniões que têm tido lugar a que teve lugar em Bangui, em 8 e 9 de dezembro de 2021, com vários atores dos quais resultaram propostas para a revisão da *Política de Segurança Nacional* (SG Report, 2022, p. 8).

De acordo com o objetivo estratégico “*Promover a estabilidade através da reforma do setor da segurança*” do primeiro pilar prioritário do RCPCA “*Promover a paz, a Segurança e a reconciliação*” podemos apontar seguinte evolução na RSS com o apoio da EUTM RCA e MINUSCA ao GoCAR:

(1) No Setor da Defesa:

O Ministério da Defesa foi reestruturado com o apoio da UE e as FACA já são por este supervisionadas. Com o apoio da EUTM RCA o Ministério da Defesa aprovou o seu Plano de Defesa Nacional assim como uma Lei de Programação Militar 2019-2023.

O Plano de Defesa Nacional visa reformular a geografia das FACA passando a organizar-se por regiões militares (quatro) indo de encontro à delimitação do estado por prefeituras, assim como reformular a sua conceção procurando também aqui a reconciliação através da integração de ex-combatentes e procurando uma

constituição equilibrada etnicamente e integradora de minorias, procura também atribuir uma supervisão civil às FACA.

Na reestruturação das FACA os vários parceiros internacionais apoiaram o GoCAR, primeiro a otimizar os recursos humanos nas FACA, o que levou a retificar o número de militares existentes, assim como numa auditoria levada a cabo pelo Governo às FACA com o apoio da MINUSCA e do Banco Mundial, que levou a reformar pessoal levando à entrada de novos candidatos. A EUTM RCA tem sido responsável pelo treino e recuperação tática dos militares das FACA tendo com sucesso preparado várias unidades militares. Em relação ao reequipamento e rearmamento este tem sido restrito devido ao embargo de armas decretado pelo CS à RCA em 2013 (Resolução CS ONU 2013/2127). Em 2018 o Conselho de Segurança manteve o embargo (Resolução CS ONU 2018/2399), mas abriu a exceção às forças de segurança da RCA com o propósito da RSS aproveitado pelos parceiros bilaterais França, China e EUA assim como a Rússia (Ebo et al., 2020, pp. 124 – 125). O embargo de armamento foi prorrogado depois na Resolução CS ONU 2020/2536 mantendo o anteriormente previsto, tendo sido contestado por alguns países parceiros como veremos a seguir.

O que podemos constatar desta e outras missões da EUTM é que as missões militares da PCSD estão orientadas significativamente para a formação das forças armadas nos países recetores (Parlamento Europeu, 2020, p. 8).



*Figura 4: Aquartelamento das FACA em Bocaranga – fotografia pelo próprio*

## (2) No Setor da Segurança:

O setor de segurança é bastante frágil na RCA sendo que existe um rácio de 1 polícia para cada 1277 cidadãos e ainda a sua distribuição pelo país é deficiente



A missão da EUTM RCA de treino e regeneração das FACA também se revela difícil visto que as FACA se demonstram com motivação em baixo, “*devido à falta de salários e de alimentação diária por períodos até 24h*” (Figueira in Mouta et al., 2018, p. 14), as forças de segurança passam pelo mesmo chegando inclusive a executar “*frequentemente operações de fiscalização rodoviária para extorquir dinheiro à população local e elementos civis das Ol*” (Figueira in Mouta et al., 2018, p. 14).

Além do que se pode verificar no terreno, também o treino das FACA pela EUTM sofreu um revés, para além dos interregnos causados pela pandemia, como nos diz o Coronel Braz (2022)

*“a posição europeia face à preponderância da Wagner no terreno, também fez com que se criasse, por imposições políticas, algumas restrições ao nível da missão, nomeadamente com o término da formação ao nível do Pilar Treino, que era um dos produtos mais efetivos da missão, atendendo ao número muito elevado de formandos que foram feitos ao longo dos anos por parte da EUTM. Cerca de 6431 militares formados com o apoio da EUTM”.*

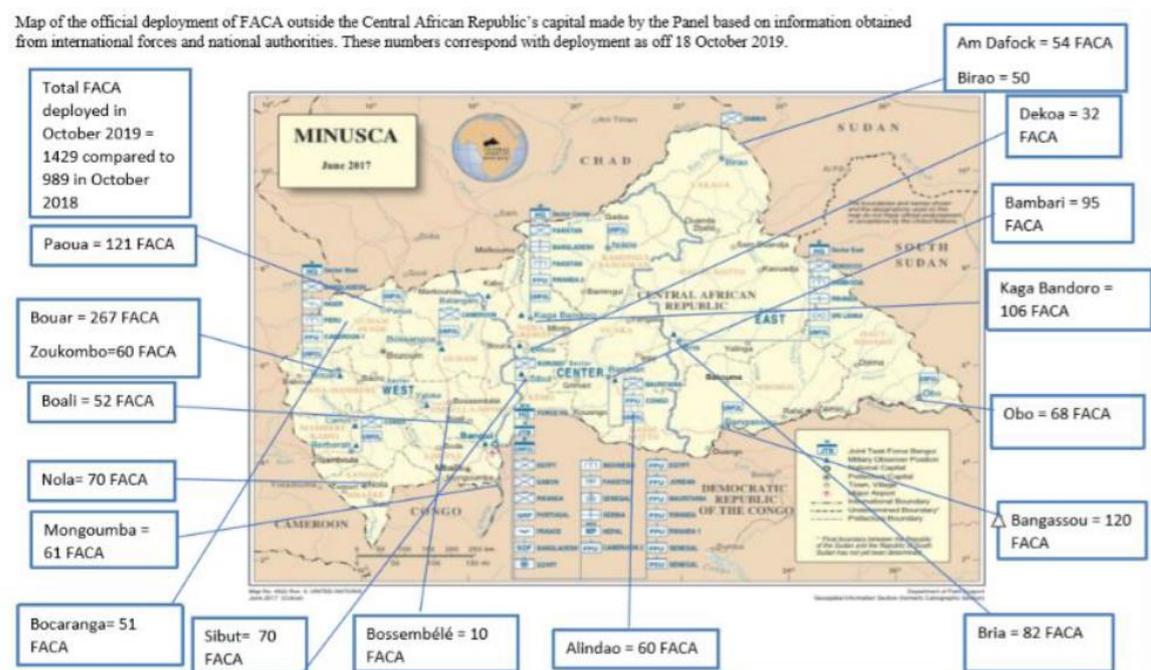


Figura 6: Distribuição territorial das FACA – ONU<sup>7</sup>

<sup>7</sup> ONU Letter dated 6 December 2019 from the Panel of Experts on the Central African Republic extended pursuant to resolution 2454 (2019) addressed to the President of the Security Council. Recuperado de <https://digitallibrary.un.org/record/3840837>

Transversalmente a estes dois campos temos a Resolução CS ONU 2020/2536 aprovada em que afirma que todos os Estados-membros

*“deverão continuar a tomar as medidas necessárias para impedir fornecimento direto, indireto, venda ou transferência de armas e material relacionado”*

o CS expressa preocupação com relatos de que redes transnacionais de traficantes seguem financiando grupos armados e fornecendo armamento.

Há já algum tempo que vários Estados salientam a necessidade do levantamento deste embargo tendo como principal argumento a incapacidade da RCA em se equipar devidamente por forma a garantir a sua própria segurança, tal como é o caso da Angola que afirma

*“que as autoridades legais da República Centro Africana têm dificuldade em assumir a sua missão legítima de segurança e proteção civil, devido às obrigações com as decisões do Conselho de Segurança da ONU, tomadas de acordo com a Resolução 2536 (2020) sobre o embargo de armas imposto à RCA” (embaixadora Maria de Jesus Ferreira, 21 de março de 2022).*

Mas para que isto possa acontecer (levantamento do embargo) os relatos de que os FACA realizam atividades de extorsão aos habitantes na RCA terão de terminar, o que não parece ser a realidade, como faz antever o aviso do Chefe de Estado-Maior das FACA, Tenente-General Zéphyrin Mamadou, no qual se dirigiu aos soldados destacados em Bocaranga, no noroeste do país.

*"Foi dito que se deve manter dentro do quadro da disciplina militar. Tem-se notado que em todo o lado há deslizamentos dos nossos soldados. Como soldados, somos chamados a trabalhar ou a colaborar com a população. É este fracasso que mancha a imagem das nossas tropas. Sei que entre as nossas tropas há aquele punhado de soldados indisciplinados que são versados nesta prática. A sua missão não é ficar em cima de cercas e extorquir a população. A sua missão é assegurar a área em que está destacado", disse o General Zéphyrin Mamadou.*

Não se trata de um fenómeno novo, tendo sido de facto já debatido na Assembleia Nacional da RCA e nos meios de comunicação social<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> <http://news.abangui.com/h/79245.html>

O repatriamento do contingente gabonês pela ONU demonstra as fragilidades no que diz respeito ao controlo dos contingentes. Segundo Stephane Dujarric, porta-voz do secretário-geral da ONU, a decisão foi tomada “*após denúncias credíveis recebidas pela operação de paz de casos de abuso sexual cometidos por militares gaboneses que atuavam na missão de paz*” e que de acordo com o mesmo o Gabão possui “*histórico de alegações pendentes envolvendo o contingente gabonês no país*”<sup>9</sup>.

O Bangladesh, outro contingente na MINUSCA, está também a braços com acusações no seu país por ameaçar refugiados rohingya<sup>10</sup>.

Como apontado por Figueira estes casos revelam-se como entraves à implementação da RSS em solo centro africano resultando no pouco apoio da população em relação à ONU “*alegando-se como causas a presença de forças africanas e asiáticas com lacunas na preservação dos direitos humanos*” (Mouta et al., 2018, p. 16).

Ainda que a multiculturalidade seja uma mais-valia e uma das bandeiras quer da UN quer da UE, este caso deve ser tido em consideração, essencialmente sobre o tipo de comprometimento das nações doadoras de forças para as missões da ONU.

O Secretário-Geral, António Guterres, demonstrou a clarividência das NU nestes casos, nomeadamente através de uma política de zero tolerância, levando à expulsão de todo um contingente por crimes que estão a ser investigados (Resolução CS ONU 2016/2272).

Ainda assim e tendo em conta o desempenho do país, antes da reunião do CS para a votação da prorrogação do mandato da MINUSCA António Guterres defendia o seu novo mandato, por considerar que “*continua a ser particularmente essencial a presença (da MINUSCA) e a robustez da sua segurança, proteção de civis e do seu papel político independente*”.

---

<sup>9</sup> <https://news.un.org/pt/story/2021/09/1763262>

<sup>10</sup> <https://www.noticiasaminuto.com/mundo/1958746/human-rights-watch-acusa-bangladesh-de-ameacar-refugiados-rohingya>

Com a Resolução CS ONU 2021/2605 que prorrogou o mandato da MINUSCA por mais um ano podemos aferir as suas prioridades como cobrindo a promoção e proteção dos direitos humanos, a justiça e o Estado de Direito, apoio ao diálogo e às eleições (que estavam previstas) para 2022, apoio à extensão da autoridade do Estado, assim como os programas RSS e DDRR.

### **Desinformação**

A MINUSCA e a EUTM RCA são constantemente alvos da imprensa nacional centro africana. Podemos apontar que muitas destas notícias são formas de desinformação e de propaganda. O caso mais flagrante surgiu em torno de quatro elementos franceses das NU que foram detidos pelas FSI no aeroporto internacional M'Poko, em Bangui, acusados de tentativa de assassinato do Presidente da RCA, o que as UN denunciaram como campanha de "desinformação" tendo em conta que estes escoltavam um general ao aeroporto. França já tinha anteriormente denunciado este tipo de desinformação que visa denegrir a imagem das NU e de Paris, alegadamente levadas a cabo por interesses russos<sup>11</sup>.

Outros casos de abusos sexuais relatados<sup>12</sup> contra a MINUSCA, assim como outras acusações de que a mesma é alvo na RCA através dos media nacionais como é o caso na acusação de tráfico de armas<sup>13</sup>.

A Rússia esta presente na RCA na forma de "instrutores russos" da empresa privada de segurança Wagner. Vários são os casos de confrontos e acusações de parte a parte, sendo que neste momento está a ser investigado pelas UN um massacre na cidade de Bria, no qual vários órgãos de comunicação social, nacionais e internacionais, dão conta de trinta a cinquenta civis mortos.

O vazio deixado pela EUTM na formação operacional pode ter facilitado a entrada mais assertiva por parte destas forças. Estes supostos atos desmesurados de

---

<sup>11</sup> [https://www.francetvinfo.fr/replay-radio/un-monde-d-avance/en-centrafrique-la-russie-mene-une-intense-campagne-de-desinformation-anti-francais\\_4948758.html](https://www.francetvinfo.fr/replay-radio/un-monde-d-avance/en-centrafrique-la-russie-mene-une-intense-campagne-de-desinformation-anti-francais_4948758.html)  
<https://antinfoxrc.a.wordpress.com/2022/02/22/centrafrique-tentative-dassassinat-du-president-ou-strategie-de-simulation-dissimulation/>

<sup>12</sup> <https://news.un.org/pt/story/2015/09/1524421>

<sup>13</sup> <https://ndjonisango.com/2022/03/19/rca-lettre-ouverte-de-long-tongolo-ti-beafrika-a-guterres-sur-les-contrebandes-impliquant-la-minusca/>

violência perpetuados numa configuração de *terra queimada*, poderiam ter tido outros contornos com uma presença mais contundente por parte da EUTM ao invés de ter sido tomada uma decisão de total retirada neste pilar.

Como nota o Chefe do Pilar da Educação da EUTM RCA

*“Unicamente o ser mentor e dar ideias julgo que não será o suficiente num projeto desta dimensão, não basta ser inspirador, tem de se ter também alguma ação que proporcione a mudança”* (Cor Braz, EUTM CAR, Education Pillar Chief)

A ação civilizadora, baseada em regras, na construção de uma sociedade cosmopolita, faz todo o sentido na escala micro, junto dos militares do país recetor. Esta ação micro revela-se preponderante no resultado final, nomeadamente na certeza da inexistência de violência gratuita, pelo menos nesta magnitude.

## **CAPÍTULO IV – ANÁLISE SWOT À INTERVENÇÃO DA EUTM NA RCA**

Originária da gestão de empresas esta metodologia de avaliação SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats) permite uma visão específica sobre o objeto a analisar, orientando a tomada de decisão auxiliando de forma inequívoca a tomada de decisão a ser tomada de modo consciente e seguro, dando as bases para o lançamento dos próximos passos, permitindo assim um diagnóstico de estratégias futuras.

A política externa de um determinado Estado prende-se com a necessidade de moldagem da sociedade internacional através da sua visão e da sua forma de se rever e de estar nesse ambiente. É através da política externa que os atores comunicam no ambiente relacional internacional, sendo o veículo da vontade do ator em fazer valer os seus objetivos e defender quer os seus objetivos conjunturais quer o seu interesse permanente, o seu interesse nacional.

A avaliação da política externa permite verificar os resultados da aplicação das estratégias implementadas pelos Estados por forma a atingir os seus objetivos. Nesta avaliação o grau de concretização de cada estratégia tem de ser tido em consideração na tipologia da política em que se insere para além dos objetivos já atingidos. Permite avaliar para além das consequências da aplicação da estratégia também a consistência e a coerência da tipologia política, sendo que a interpretação dos resultados deve ser feita em relação ao programa implementado. Além disto as características das políticas externas diferem das políticas sectoriais devido carácter restrito das segundas, o ambiente conjetural internacional é volátil e imprevisível sendo que os resultados pretendidos podem ser variáveis consoante o papel no momento desempenhado pelo ator.

Na nossa tentativa de avaliar os resultados da política externa no âmbito da segurança e defesa comum, teremos estas condicionantes em consideração, pretendendo compreender os objetivos da EUTM.

Iremos, portanto, escolher e executar o método SWOT por forma a avaliar a implementação estratégica da EUTM da qual retiraremos algumas recomendações na aplicação deste instrumento.

Procurando compreender o impacto da política comum de segurança e defesa como um instrumento para a estabilidade e paz internacional e testado através de um estudo de caso com a EUTM RCA, do qual salientamos os pontos a seguir elencados, tendo em consideração todos os factos e dados apresentados no decorrer deste trabalho.

	<b>Strengths</b>	<b>Weaknesses</b>
Fatores internos	Treino orientado por valores; Parceria interorganizacional.	Projeto orientado a curto prazo; Falta de instrumentos de acompanhamento.
	<b>Opportunities</b>	<b>Threats</b>
Fatores externos	Aprofundamento das relações bilaterais EU – RCA; Estabilização securitária na região da África central.	Perda de interesse por falta de meios logísticos adicionais; Perda de influência para outros instrutores.

Figura 7: Análise SWOT – produção própria

## Strengths

### a. Treino orientado por valores

A facilidade com que alguns valores humanos básicos são desprezados aquando da realização de ações contra a humanidade (como temos visto), é relevante das alterações de perceção necessárias às forças governamentais essencialmente como mote de reinvenção ao resto do país.

Aqui a EUTM tem um papel fundamental, na passagem de forma continuada dos valores inscritos no artigo 2.º do TUE (o respeito pelo Estado de Direito, Dignidade Humana, Democracia, Direitos Humanos, Igualdade e Liberdade) (Caetano & Vidal, 2018, p. 129) que poderão fazer a diferença na futura ação das FACA.

“Of the 413 documented incidents of human rights violations and abuses, 175 were allegedly perpetrated by national defence and security forces and other security personnel, affecting 430 victims, representing a decrease of 24.9 per cent and 17 per cent in the number of victims, respectively, compared with the previous period” (CAR SG Report, p. 9 – 10)

**b. Parceria interorganizacional**

O projeto levado a cabo num esforço conjunto, faz com que o papel da EUTM tem sido caracterizado pela parceria (essencialmente) com a UN no que concerne ao apoio ao GoCAR. O alinhamento de objetivos de acordo com a melhor linha política é visível no que diz respeito à produção de documentos estratégicos e no planeamento das atividades de acordo com as indicações políticas, emanadas através da documentação estrutural de segurança e defesa.

A comunicação entre UE e UN *“foi sempre das melhores e sempre na perspectiva de garantir a melhoria de todos os objetivos de segurança e defesa na RCA”* assim como na relação com outras instituições *“os relacionamentos têm sido sempre de abertura e cooperação”* (Cor Braz, EUTM CAR, Education Pillar Chief).

**Weaknesses**

**a. Projeto orientado a curto prazo**

Algo que se poderá apontar ao instrumento EUTM é que as suas atividades vão de acordo com a aproximação francesa militar por forma a dar prioridade à estabilização militar a curto prazo ao invés de uma transformação a longo prazo do sector da segurança (Ebo et al, 2020, p. 130).

Com o objetivo de construir umas FACA de forma sustentável os crimes cometidos por estes devem terminar, crimes que incluem

“cases of excessive use of force, indiscriminate killings, the occupation of schools and looting on a large scale, including of humanitarian organizations” (Resolução CS 2020/2536, p. 2).

Deverá ser orientado então para um processo sustentável que não se poderá resolver a curto prazo, tendo em vista a incorporação de valores morais e ética profissional até mais do que procedimentos, táticas ou técnicas.

Tudo isto tendo em consideração o que nos diz Stivachtis (2007) “*creating strong states and rebuilding war-torne societies is much more expensive and time-consuming than war fighting*” (p. 43).

**b. Falta de instrumentos de acompanhamento da projeção das forças pós-treino**

Depois do treino das FACA ser concluído os militares são colocados conforme as necessidades, mas não há nenhum tipo de acompanhamento pós-treino durante um determinado período de tempo, com vista a perceber se o treino surtiu efeito ou se está a ser implementado e de que forma.

Isto deve-se sobretudo ao facto da EUTM RCA não prever este tipo de mecanismos no seu mandato. Através deste tipo de mecanismos de acompanhamento o treino poderá ser reorientado tendo em conta alguma deficiência encontrada no terreno quase de imediato.

**c. Ausência de união política**

Talvez a maior fraqueza da UE no ambiente internacional e a que mais frequentemente lhe é apontada, no que neste âmbito diz respeito. As diferentes agendas na política externa dos países envolvidos na EUTM assim como as suas relações bilaterais nos países recetores demonstram a possibilidade de uma dupla agenda, o que no âmbito geral da aplicação dos instrumentos da UE com vista a cumprir com os valores e essência da sua génese poderá ser desvalorizada.

Neste caso específico temos claramente a França como sendo parte integrante no projeto europeu e simultaneamente tem com a RCA vínculos que, embora decorrentes do passado, atualmente se traduzem como

sendo quase-hostis (continuamente difundido na imprensa centro africana) devido à influência que o país europeu pretende usufruir na RCA.

No caso específico da EUTM este paradoxo parece ter existido com

*“com um dos Comandantes veio aqui com uma missão. Missão política, mandato político, de um país, que foi trabalhado (...) para que o sucesso não existisse”* (Gen Maia Pereira, MINUSCA DFC).

Enquanto esta tendência de dupla atividade existir, o papel da UE será sempre ser visto em função disso, correndo o risco de, independentemente dos frutos da operação, esta ser recebida pela população local como um veículo de um qualquer país com interesses particulares próprios.

## **Opportunities**

### **a. Aprofundamento das relações bilaterais UE – RCA**

Ao assumir-se como parceiro na reestruturação do Estado a UE participa invariavelmente no apoio de decisões estratégicas por parte da RCA. Como tal a sua parceria é vista como uma mais-valia, quer no campo da defesa e segurança assim como através de fundos colocados à disposição do Estado recipiente para o seu apoio.

Esta relação deve ser aprofundada de modo que esta influência positiva se mantenha e fortaleça, tendo em conta que a estabilização deste Estado situado numa região conflituosa poderá servir de hub à UA para disseminação de uma política de paz aos países vizinhos.

Também parcerias económicas se poderão estreitar se repararmos que ambas as partes poderão beneficiar de contratos favoráveis, já que é notado pelos especialistas no terreno que *“a solução não é militar, é económica e política”* (Gen Maia Pereira, MINUSCA DFC).

### **b. Estabilização securitária na região da África central**

Uma das grandes problemáticas com as quais a UE se debate ao longo dos últimos anos tem que ver com as tentativas constantes de emigrantes

vindos de África de entrar em solo europeu. Várias foram as pessoas que perderam a vida numa tentativa desesperada de encontrarem melhores condições de vida, fugirem a conflitos ou de agressão desmesurada. Estas ondas também causaram o caos nos EM, com o pico no período temporal entre 2014 e 2016, com as fronteiras mais expostas nomeadamente Itália, Malta, Espanha, Grécia ou Chipre.

Esta migração provocou uma série de ameaças à segurança em solo europeu, pelo que a melhor aposta na melhoria de vida destas pessoas será a estabilização dos seus próprios países assim como o auxílio no seu desenvolvimento, permitindo uma solução a longo prazo.

Na RCA em concreto

*“as estruturas estão muito débeis ou não existem e as poucas infraestruturas existentes não funcionam, muito provavelmente por causa do nível de corrupção, (...) da instabilidade política, (...) e existe uma grande centralização do poder (...)”*  
(Cor Braz, EUTM CAR, Education Pillar Chief).

É assim que entendemos que o papel da EUTM na RCA também deve ser visto, como uma oportunidade de estabilização do continente africano passo a passo, iniciando no apoio e investimento para que o continente se possa sustentar e alterar o paradigma.

## Threats

### a. Aumento de tensões com outras nações presentes

A linha que separa a aproximação da UE a um aprofundamento nas relações com a RCA, outras nações africanas e demais presentes, de um afastamento das mesmas é demasiado ténue. Esta linha a qualquer momento pode ser cruzada. As tensões existentes com a Rússia, só na RCA, já eram por demais evidentes, tendo isto levado a EUTM a suspender o treino das FACA.

Além disto, parece existir uma campanha de desinformação sobre a MINUSCA e a França, o que também mina a ação da EUTM como parceiro

“Online misinformation about what the UN and France are doing in CAR (they face constant allegations of undermining the government) and street protests have led to serious physical threats against Central African politicians and foreign personnel in the country, in particular MINUSCA staff, restricting their ability to perform their duties.”<sup>14</sup>

Esta campanha de desinformação, como vimos nas páginas 69 e 70 é sobretudo atribuída à Rússia

“Given Russia’s experience with online influencing, many suspect that the spread of misinformation is somehow linked to its presence in CAR.”<sup>15</sup>

#### **b. Perda de influência para outros instrutores/atores**

Decorrente do primeiro ponto desta categoria o interesse pelo treino de outros instrutores pode-se revelar tentador. Outros parceiros da RCA estão a participar no processo RSS através de acordos bilaterais, como a França, EUA e Rússia. Este último tem vindo a tornar-se num ator bastante influente no país, desde que a sua parceria foi firmada em 2018<sup>16</sup>.

O impacto político da EUTM RCA é neste momento “*reduzido devido ao facto da EUTM tem aconselhado muito, mas dado muito pouco*” denotando que a interrupção do apoio operacional das forças implicou que “*existem algumas limitações nesses efeitos de influência pretendidos*” (Cor Braz, EUTM CAR, Education Pillar Chief).

### **Conclusões**

Potências como os EUA e a Rússia parecem cada vez mais alienados numa esfera de conflito. A UE deve ocupar o vazio existente no mundo deixado por estes, inspirando dum modo pacífico, através duma liderança baseada em valores intransponíveis.

---

<sup>14</sup> <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/russias-influence-central-african-republic>

<sup>15</sup> <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/russias-influence-central-african-republic>

<sup>16</sup> <https://www.reuters.com/article/us-russia-centralafrica-accord/russia-signs-military-deal-with-the-central-african-republic-agencies-idUSKCN1L60R2>

A RSS é um chapéu abrangente que vai além da segurança, ou como nos diz Schnabel esta deve ser entendida como

“qualquer atividade que no âmbito do setor de segurança seja desenvolvida com a intenção de implementar políticas, processos e procedimentos ou capacitar para aumentar a responsabilização, transparência, sustentabilidade e alinhamento com as normas de Direitos Humanos” (cit. Pereira, 2013, p. 72)

O treino da EUTM às FACA encontra-se neste momento em stand-by continuando o aconselhamento às entidades governamentais (ainda que sem a influência pretendida) e a educação às FACA. Devido ao ambiente externo em constante alteração outras forças para além do parceiro da UE, a ONU, encontram-se no país com o intuito de instruir as FACA, como é o caso da Rússia através da empresa privada de segurança russa Wagner. Entre trocas de acusações sobretudo sobre o papel desta empresa no país a UE suspendeu a formação.

“On 15 December, the European Union Military Training Mission announced the temporary suspension of its training of the national armed forces. The European Union Mission continued to provide strategic advice and education to the armed forces” (CAR Report SG, p. 8)

A EUTM tem apresentado resultados dentro do expectante tendo em conta quer o tempo de operação quer o âmbito da sua missão focada essencialmente no RSS

“In conflict-affected countries, defence reform aims to improve national stability while preventing or responding to violence; the means to achieve this focus on more democratic SSG, reconciliation measures and greater inclusiveness” (Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF), 2019, p. 4)

Ainda que o papel da EUTM RCA acabe por se manifestar de forma muito mais abrangente

*“a participação da EU na RCA é uma política bastante abrangente. Com as várias missões presentes envolvendo não só toda a parte diplomática, mas também, especificamente através da missão militar da EUTM, uma parte estratégica e de formação para garantir o desenvolvimento da segurança e defesa da RCA. Mas efetivamente, ela não é apenas no sector da segurança e defesa, é muito mais abrangente”* (Cor Braz, EUTM CAR, Education Pillar Chief)

A complexidade na situação de fragilidade varia de acordo com o Estado analisado, tendo em conta a sua realidade específica que não pode ser generalizada. Assim a resposta deve ser personalizada antevendo que a resposta a uma implementação “standard” de um qualquer plano de RSS poderia acrescentar mais problemas que soluções.

Neste enquadramento podemos observar os resultados da sua missão na RCA em dois níveis, o político e o de implementação no terreno:

- a. No primeiro a postura da EUTM tem sido positiva tendo em conta a sua contribuição na reestruturação das FACA através das reformas estruturais necessárias na sua gestão e organização, ainda que a

“ethnicization in the military has bred resentment among groups that are not in power and has prevented the establishment of a truly representative and cohesive security sector” (EPR Atlas, CAR, p. 340)

- b. No segundo o treino das FACA tem ficado aquém do ideal. Atendendo a que num país altamente inacessível pela falta de vias de comunicação, as bases para onde os homens das FACA são destacados são constituídas por poucos elementos e estes sofrem de mau comando e controlo. Isto aliado à falta de seguimento destes militares pela EUTM e pelo GoCAR é difícil de saber se estes se mantêm nas fileiras, se contribuem decisivamente para a sua missão, ou se eventualmente são aliciados para os grupos armados.

Uma grande dúvida que se poderá prender numa futura saída de cena das OI será se o GoCAR terá as ferramentas suficientes ou terá a capacidade de as usar convenientemente para um desenvolvimento que se quererá sustentável.

Ainda assim o produto da intervenção das OI no terreno parece lento no que diz respeito também à situação humanitária que aparentemente se degradou nos últimos cinco anos

“The humanitarian situation continued to deteriorate, with 63 per cent of the population, or 3.1 million Central Africans, (...) requiring protection and humanitarian assistance – a level not seen in five years” (CAR Report SG, p. 8).

O que podemos deduzir da ação da EUTM RCA é que pretendendo a UE uma ordem internacional baseada em Direitos Humanos rentão o segredo passará por salvaguardar os direitos básicos dos cidadãos em territórios fragilizados, no apoio a que estes se transformem em Estados de pleno direito. Sendo assim concluímos que, ainda que muito mais se possa fazer, esta tipologia de missão ou operação contribui significativamente para os países recetores. Poderão considerar-se uma das formas da UE em combater o que Keukeleire (2014) chama de “*gap between the EU’s self-perceptetion as a positive power and the way i tis perceived in other parts of the world*” (p. 60).

O que daqui fica indelevelmente marcado é que a educação e a cultura são importantes a longo prazo, mas o papel civilizador que cria as bases para que possam florescer é garantido, numa fase inicial, pela presença militar.

### **Recomendações**

De acordo com este estudo o foco da EUTM deve ser orientado para uma reforma a longo prazo. Esta reforma deve ser focada na reestruturação do sector de segurança encabeçada por instrumentos criados para que a estrutura estatal possa controlar e fazer um seguimento adequado desta política, ou noutras palavras,

“Defence reform in the context of SSR enhances democratic control and oversight over the military and the defence sector, making both more effective, accountable and affordable” (DCAF, 2019, p. 2)

Assim focamos as recomendações em duas grandes temáticas correlacionadas entre o nível planeamento/político e de execução/terreno voltadas para a RSS a longo prazo com o foco na liderança do GoCAR:

#### **a. Diálogo/coordenação multiparceiros com elementos/instrutores no terreno**

A ação da EUTM será mais eficiente através de um projeto concertado entre todos os atores presentes na RCA, através da liderança política do país recetor. Isto quer dizer que os vários atores devem partilhar um projeto, tarefas e informação, devidamente supervisionados.

Ainda que a Rússia não assuma claramente a sua ligação à companhia Wagner a sua participação política seria um importante passo nesta reconstrução

“Russia should strengthen its official representation in the country (...) It should also provide clarity on the role of Russian advisers who operate outside the embassy’s purview. Most partner states and international institutions perceive the government’s use of unaccountable foreign mercenaries as an obstacle to ending the conflict. This perception seems accurate, given the mounting abuses of civilians in the provinces and the widespread fear of foreign mercenaries they have generated.”<sup>17</sup>

Isto não só beneficiaria o processo RSS como também mitigaria relatos como os que chegaram a Yao Agbetse, enviado especial à RCA sobre direitos humanos,

“of abuses committed by Russian bilateral forces against the civilian population, including sexual violence, intimidation, destruction of homes, threats, racketeering, as well as acts of torture, rape and sexual violence, cruel, humiliating, inhuman and degrading treatment, including on local representatives of the State authority in the hinterland”<sup>18</sup>

**b. aumento no apoio logístico ao treino dos militares dos FACA (fardamento e alimentação na instrução)**

“We need our partners to have a common vision”<sup>19</sup>

Por forma a manter o treino apetecível, não só para o GoCAR, mas também para os elementos que recebem formação, contrapartidas poderiam ser introduzidas, como alimentação durante o período da formação e fardamento em parceria com o GoCAR.

O primeiro permitiria que os instruendos tivessem boas condições alimentares o que faria não só com que a sua disponibilidade física fosse

---

<sup>17</sup> <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/russias-influence-central-african-republic>

<sup>18</sup> <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/03/human-rights-council-high-commissioner-expresses-concern-over-increasing>

<sup>19</sup> <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/russias-influence-central-african-republic>

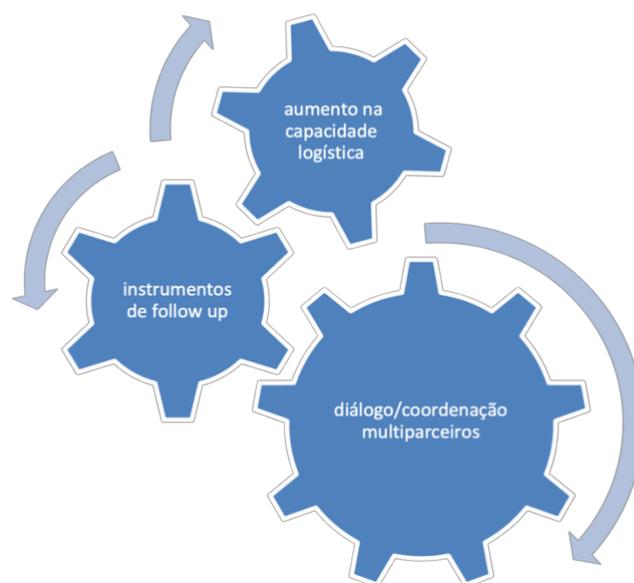
mais proeminente, mas também com que a sua vontade em pertencer à formação fosse superior.

Em termos de fardamento, através das contribuições dos dados, num projeto guiado pelo GoCAR, fardamento extra poderia ser instituído como contrapartida no treino pela EUTM.

Contrapartidas do âmbito logístico beneficiariam a moral e tornariam mais apetecível o pacote de auxílio.

**c. inserção de instrumentos de acompanhamento das tropas treinadas e posteriormente destacadas**

Através do novo mandato, que reorienta o treino da EUTM em quatro diferentes localizações, poderá eventualmente levar a um princípio deste tipo de instrumento de acompanhamento. Será através deste tipo de ferramenta que o treino poderá ser melhorado suprimindo alguma deficiência encontrada no terreno. Assim como uma forma de evitar que elementos recém-formados se juntem de novo a grupos armados, assim como prevenir ou dissuadir, que as forças de segurança e defesa alimentam as estatísticas relativamente a abusos e crimes perpetrados por estes contra a população.



*Figura 8: Recomendações para implementação – produção própria*

## CONCLUSÃO

A UE não é um produto acabado, continua numa senda evolutiva, aprimorando o que parecerá ser uma política externa comum a todos os EM, nomeadamente no que diz respeito à PCSD sem perder a sua orientação de promover o desenvolvimento pelo mundo marcando a sua ação “*na cena internacional assenta nos princípios que presidiram a sua criação*” (art.º 21.º, TUE). A sua ação através de instrumentos como a EUTM na RCA comprovam o esforço na prossecução deste objetivo, comprovando que a ação é fundamental na difusão dos valores inscritos no TUE no seu artigo 2.º como o respeito pela dignidade humana, a igualdade, a liberdade, o Estado de Direito, a democracia e o respeito pelos direitos do Homem (Caetano & Vidal, 2018, p. 129) que fundamentam a ação da UE por forma a embutirem os países recetores se possam moldar a uma sociedade pautada pela não discriminação, pluralismo, justiça, solidariedade, igualdade entre homens e mulheres e tolerância, um indicador do poder civilizador através do reforço da dimensão cosmopolita do direito internacional. São estes os pressupostos a que a UE propõe, contribuindo para a segurança dos seus parceiros como vemos na RCA e por conseguinte para a estabilização e segurança internacional, com “*a convicção de que a atividade política internacional deve ser examinada em relação a uma condição humana universal*” (Moreira, 2016, p. 146).

Alterações geopolíticas ameaçam de forma acelerada a comunidade internacional, cujas alterações constituem dificuldades acrescidas ao desenvolvimento de uma estrutura baseada nos direitos humanos, cuja resposta surgiu especialmente em 2016 com a Estratégia Global e agora com a Bussola Estratégica. Para a evolução da PCSD será fundamental a partilha por parte dos EM de uma coesão identitária através da partilha de princípios, valores e símbolos comuns sem colocar de lado a sua própria identidade cultural, por forma a que a política interna e externa se desenvolva em conformidade.

Militarmente a UE tem dado passos curtos, longe do estabelecido na Helsinky Headline Goal, mas concisos, sendo que as conquistas no campo da defesa e segurança têm servido essencialmente para nivelar as vontades políticas dos EM para que num futuro as bases do que está a ser construído sejam fortes ao ponto de não vacilarem nas alterações dos interesses políticos de determinado EM.

Apontamos como positiva a evolução dos instrumentos na PCSD permitindo estes aprofundar não só a relação dos EM neste campo assim como efetivar no terreno as metas apontadas, ainda que se esteja longe do pretendido, mas que contribuem para o desenvolvimento do processo que é a defesa e segurança europeia entre portas e no mundo. Como negativo sem dúvida incapacidade da UE em apresentar de facto um programa político-militar no âmbito da PCSD, sendo visível a contínua falta de união política e orientação estratégica única na UE pelos EM, como nos diz Balla (2017) “*Member States need to define common interests and unite around common values more than ever before*”. Por isso mesmo, vamos tendo orientações como é o caso mais recente da “Bússola Estratégica”, passos concretos, mas insuficientes num mundo cujo contexto geopolítico se está a alterar e cujos neoimperialismos parecem ganhar alento.

A UE desenvolve, como vemos, através da EUTM RCA, uma ação extremamente positiva, cujos frutos da ação dependerão sempre de até onde o país recetor permitirá estender essa ação. Esta atuação positiva é hereditária de tudo quanto a UE põe em cada ação, tendo em conta o seu papel histórico como unificador (com um continente dividido depois da queda da cortina de ferro), pacificador (aglomerando inimigos como França e Alemanha), democratizador e diplomático (considerando os alargamentos que obedecem a uma série de requisitos e assinando acordos com outros atores). Demonstramos assim que, ao analisarmos a situação na RCA e a ação da EUTM neste TO, se caracteriza, apesar de apresentar lacunas, como um instrumento para a estabilidade e paz internacional.

Através desta análise ao papel da EUTM RCA constatamos ainda o cariz civilizador no poder da UE que através da promoção dos direitos humanos, democracia e Estado de Direito, “*has developed into a truly civilian world power, which disposes of the entire spectrum of policy instruments necessary to effectively promote the “civilization” of international relations*” (Borzell & Risse, 2009, p. 6) e concluímos de acordo com Serrano (2020) de que a PCSD “*proved a powerful instrument in the EU toolbox and it is a very flexible and versatile tool that very few international actors possess*” (cit. Fiott, 2020, p. 26), comprovando a manifestação do poder civil da UE no mundo, centrando-se nos meios através dos quais certas normas são promovidas.

Respondemos de forma clara às perguntas de partida, nomeadamente validando a EUTM como instrumental para a ação externa da UE, num enquadramento civilizador, no que, a uma tentativa de redução de conflitos diz respeito, dotando os países recetores das capacidades para reagirem já que os poderes civilizadores utilizam a atratividade e persuasão, através das reformas e treino prestado às instituições centro africanas.

Num tempo “*que é de carência de projetistas da paz para um globalismo que se instalou sem projeto, e fazem falta na governança a reinventar*” (Moreira, 2017), poderá ser a UE a apresentar-se como instituição que de acordo com o Sr. Professor *Adriano Moreira* reconhece como fazendo falta no globo para a continuação da paz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLA, E. 2017. European Security Strategy in the 21st Century: The Blair Doctrine Revisited. Recuperado de <https://www.athensjournals.gr/social/2017-4-4-4-Balla.pdf>

BISCOP, S. 2019. From Global Strategy to Strategic Compass: Where Is the EU Heading? Egmont Royal Institute for International Relations. Nº 121. Recuperado de <http://aei.pitt.edu/102317/1/spb121.pdf>

BÖRZEL, T. & RISSE, T. 2009. Venus Approaching Mars? The European Union as an Emerging Civilian World Power. Berlim

BULL, H. 1982: Civilian power Europe: a contradiction in terms? *Journal of Common Market Studies*, 21(2), pp. 149 – 164

CARMO, H. & FERREIRA, M. 2008. Metodologia da investigação – Guia para autoaprendizagem. 2ª edição. Lisboa: Universidade Aberta.

CRETE, A.; MARTINO, A.; NEMEDI, M.; TAITTO, P. 2017. Civilian and Military Personnel in CSDP Missions and Operations. Bruxelles: European Parliament. Recuperado de [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/578035/EXPO\\_STU%282017%29578035\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/578035/EXPO_STU%282017%29578035_EN.pdf)

CRAVINHO, J. 2002. *Visões do Mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Ics - Imprensa de Ciências Sociais. ISBN: 9789726710936

D'ANCONA, M. 2001. *Metodología cuantitativa: Estrategias y técnicas de investigación social*. Proyecto Editorial Síntesis Sociología

DIATTA, M. 19 de março de 2021, New approach to peace needed in the Central African Republic. Institute for security Studies recuperado de <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/car19.pdf>

DCAF, DEFENCE REFORM: Applying the principles of good security sector governance to defence, SSR Backgrounder. 2019. Recuperado de

[https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/DCAF\\_BG\\_13\\_Defence%20Reform\\_0.pdf](https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/DCAF_BG_13_Defence%20Reform_0.pdf)

EBO, A. PRADIER, C. SEDGWICK, C. 2020. UN support to SSR in peacekeeping contexts: A case study of the Central African Republic. In: Adedeji Ebo and Heiner Hänggi (eds.). The United Nations and Security Sector Reform: Policy and Practice, DCAF, Geneva, pp. 113 – 135

EPR ATLAS CAR. 2021. Recuperado de <https://growup.ethz.ch/atlas/pdf/Central%20African%20Republic.pdf>

FREIXO, M. 2011. Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto Piaget.

FIOTT, D. et all. 2020. The CSDP in 2020, The EU's legacy and ambition in security and defence. Recuperado de <https://www.iss.europa.eu/content/csdp-2020>

GIDDENS, A. 1987. The Nation-State and Violence, Berkeley & Los Angeles, University of California Press

IUM. 2019. Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação. 2.<sup>a</sup> edição. CIDIUM.

KEUKELEIRE, S. & DELREUX, T. 2014. The Foreign Policy of the European Union. Bedford: Red Globe Press. 2nd edition

LAMONT, C. 2015. Research Methods in International Relations. London: Sage

MANNERS, I. 2001. Normative Power Europe. The International Role of the EU. Paper presented at the biennial meeting of the European Community Studies Association, Madison (WI), USA. Recuperado de: [http://aei.pitt.edu/7263/01/002188\\_1.PDF](http://aei.pitt.edu/7263/01/002188_1.PDF)

MANNERS, I. 2002. Normative Power Europe: A Contradiction in Terms? doi.org/10.1111/1468-5965.00353

MCCORMICK, J. 2005. The European Superpower. Jean Monnet/Robert

Schuman Paper Series Vol.5 No. 8, April 2005

MINAYO, M. & SANCHES, O. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>

MOREIRA, A. 2016. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina, 9.<sup>a</sup> edição

MOUTA et al. 2018. *O Teatro de Operações da República Centro-Africana – Atual Ambiente Operacional*. IUM. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.26/23236>

NYE, J. 2011. Power and foreign policy, *Journal of Political Power*, 4:1, pp. 9-24, DOI: 10.1080/2158379X.2011.555960

NYE, J. 2004. *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: Public affairs

QUADROS, F. 2015. *Direito da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 3.<sup>a</sup> edição;

QUIVY, R. 2019. *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.

SANTOS, V. 2012. *Elementos de Análise de Política Externa*. Lisboa: ISCSP

SJURSEN, H. 2006a. The EU as a ‘normative’ power: how can this be? *Journal of European Public Policy*. 13:2. Pp. 235 – 251. DOI: 10.1080/13501760500451667

SJURSEN, H. 2006b. What kind of power? *Journal of European Public Policy*, 13:2, pp. 169 – 181, DOI: 10.1080/13501760500451584

SMITH, K. Beyond the civilian power EU debate. *Politique européenne* 2005/3 (n° 17), pp 63 – 82

SMITH, K. Still “civilian power EU?”. *European Foreign Policy Unit Working Paper* 2005/1. London School of Economics. Recuperado de

<https://www.lse.ac.uk/international-relations/assets/documents/efpu/publications/EFPUworkingpaper2005-1.pdf>

STAVRIDIS, S. 2001. "Militarising" the EU: The concept of civilian power Europe revisited. *The International Spectator*. 36:4. Pp 43 – 50. DOI: 10.1080/03932720108456945

STIVACHTIS, Y. 2016. *The State of European Integration* ISBN 9781315552484. Routledge

TARDY, T. CSDP in action. What contribution to international security? Chaillot Paper N° 134 – Maio 2015

VIMONT, P. 2015. *The Path to an Upgraded EU Foreign Policy*. Carnegie Europe. Recuperado de: <https://carnegieeurope.eu/2015/06/30/path-to-upgraded-eu-foreign-policy-pub-60527>

WEBER, M. 1964. *The Theory of Social and Economic Organization*, New York, Pantheon

YIN, R. 2001. *Estudo de caso*. Bookman. Porto Alegre. 2ª edição. ISBN 85-7307-852-9. Recuperado de [https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/default\\_attachments/1553321313-Estudo-de-caso\\_Planejamento-e-Mtodos-Robert-K-Yin.pdf](https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/default_attachments/1553321313-Estudo-de-caso_Planejamento-e-Mtodos-Robert-K-Yin.pdf)

## **RESOLUÇÕES, RELATÓRIOS E ACORDOS**

BANCO MUNDIAL. Caracterização da RCA. Dados disponíveis em <https://www.worldbank.org/en/country/centralafricanrepublic/overview>

BÚSSOLA ESTRATÉGICA PARA A SEGURANÇA E A DEFESA. Bruxelas. 21 de março de 2022. Recuperado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7371-2022-INIT/pt/pdf>  
[https://www.eeas.europa.eu/eeas/strategic-compass-out-now-we-have-implement-it\\_en?s=89](https://www.eeas.europa.eu/eeas/strategic-compass-out-now-we-have-implement-it_en?s=89)

Conclusões do Conselho sobre a elevação da parceria estratégica ONU-UE em operações de paz e gestão de crises ao nível seguinte: Prioridades 2022-2024. Recuperado de <https://www.consilium.europa.eu/media/53958/st05451-en22.pdf>

ESTRATÉGIA GLOBAL PARA A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA. Recuperado de [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eugs\\_review\\_web\\_0.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eugs_review_web_0.pdf)

EUFOR RCA. Consultada em [https://eeas.europa.eu/archives/csdp/missions-and-operations/eufor-rca/index\\_en.htm](https://eeas.europa.eu/archives/csdp/missions-and-operations/eufor-rca/index_en.htm)

EUROPEAN DEFENCE ACTION PLAN. 2016. Recuperado de [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/com\\_2016\\_950\\_f1\\_communication\\_from\\_commission\\_to\\_inst\\_en\\_v5\\_p1\\_869631.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/com_2016_950_f1_communication_from_commission_to_inst_en_v5_p1_869631.pdf)

EUTM RCA. Factsheet. Consultado em [https://eeas.europa.eu/sites/default/files/20210928\\_eutm\\_rca\\_factsheet.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/default/files/20210928_eutm_rca_factsheet.pdf)

OCDE. States of Fragility. 2020. Recuperado de <https://www.oecd.org/dac/states-of-fragility-fa5a6770-en.htm>

ONU. RESOLUÇÃO CS 2021/2588. Recuperado de [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2588.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2588.pdf)

ONU. RESOLUÇÃO CS 2014/2134. Recuperado de [http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2134.pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2134.pdf)

ONU. RESOLUÇÃO CS 2013/2127. Recuperado de [http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S\\_res\\_2127.pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_res_2127.pdf)

ONU. RESOLUÇÃO CS 2021/2605. Recuperado de [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2605.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2605.pdf)

ONU. RESOLUÇÃO CS 2020/2536. Recuperado de [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2536.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2536.pdf)

OSCE STRATEGY. 2003. Recuperado de <https://www.osce.org/files/f/documents/a/3/20705.pdf>

PARLAMENTO EUROPEU. 15 de dezembro de 2020. RELATÓRIO sobre a execução da Política Comum de Segurança e Defesa - Relatório anual de 2020. Recuperado de [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0265\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0265_PT.html)

PETERSBERG DECLARATION. 1992. Recuperado de [https://www.cvce.eu/en/obj/petersberg\\_declaration\\_made\\_by\\_the\\_weu\\_council\\_of\\_ministers\\_bonn\\_19\\_june\\_1992-en-16938094-bb79-41ff-951c-f6c7aae8a97a.html](https://www.cvce.eu/en/obj/petersberg_declaration_made_by_the_weu_council_of_ministers_bonn_19_june_1992-en-16938094-bb79-41ff-951c-f6c7aae8a97a.html)

UE. DECISÃO PESC 2016/1791, de 12 de julho de 2016 relativa à assinatura e celebração, em nome da União, do Acordo sob a forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Centro-Africana sobre o estatuto da Missão de Formação Militar da União Europeia CSDP na República Centro-Africana (EUTM RCA). Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2016:274:FULL&from=IT>

UE. DECISÃO PESC 2016/1137, de 12 de julho de 2016. Missão PCSD de Formação Militar da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM RCA). Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A32016D1137>

UE. DECISÃO PESC 2016/610, de 19 de abril de 2016. Missão PCSD de Formação Militar da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM RCA). Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016D0610&from=EN>

UE. DECISÃO PESC 2018/1082, de 30 de julho de 2018. Altera a DECISÃO PESC 2016/610 relativa a uma Missão PCSD de Formação Militar da União

Europeia na República Centro-Africana (EUTM RCA). Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/GA/TXT/?uri=CELEX:32018D1082>

UE. DECISÃO PESC 2020/1133, de 30 de julho de 2020. Altera a DECISÃO PESC 2016/610 relativa a uma Missão PCSD de Formação Militar da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM RCA). Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32020D1133>

UE. DECISÃO PESC 2021/509, de 22 de março de 2021. Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX%3A32021D0509>

## APÊNDICES

## Declaração de Consentimento

Tomei conhecimento que se encontra a realizar dissertação, intitulada "**A UNIÃO EUROPEIA E A SEGURANÇA INTERNACIONAL. A PCSD como instrumento para a estabilidade e a paz - Estudo de caso: o impacto político e operacional da EUTM RCA**" no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, da Universidade de Évora. Tendo como autor o mestrando Bruno José Martins Bessa com a orientação da Sra. Professora Doutora Evanthia Balla.

Serei entrevistado pelo mestrando Bruno Bessa, cujas questões da entrevista foram previamente apresentadas e cujo objetivo será obter informações de acordo com os objetivos propostos. Mais atesto que não receberei qualquer tipo de compensação por participar na elaboração desta investigação. Posteriormente poderei tomar conhecimento da dissertação, encontrando-se esta disponível no Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora (RDPC-UE), ou através do investigador.

Aceito participar na dissertação através da realização da entrevista.

Assinatura:



Data:

13.4.22

## Declaração de Consentimento

Tomei conhecimento que se encontra a realizar dissertação, intitulada "**A UNIÃO EUROPEIA E A SEGURANÇA INTERNACIONAL. A PCSD como instrumento para a estabilidade e a paz - Estudo de caso: o impacto político e operacional da EUTM RCA**" no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, da Universidade de Évora. Tendo como autor o mestrando Bruno José Martins Bessa com a orientação da Sra Professora Doutora Evanthia Balla.

Serei entrevistado pelo mestrando Bruno Bessa, cujas questões da entrevista foram previamente apresentadas e cujo objetivo será obter informações de acordo com os objetivos propostos. Mais atesto que não receberei qualquer tipo de compensação por participar na elaboração desta investigação. Posteriormente poderei tomar conhecimento da dissertação, encontrando-se esta disponível no Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora (RDPC-UE), ou através do investigador.

Aceito participar na dissertação através da realização da entrevista.

Assinatura: 

Data: 29 / Nov / 2022

## APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

MGen Maia Pereira, MINUSCA DFC  
13ABR2022, UCATEX, Bangui, CAR

### **Pode explicar as suas funções no âmbito da missão da ONU na RCA, incluindo as principais tarefas a que está ligado?**

Sou Deputy Force Commander da Força da MINUSCA. Em termos de funções o DFC, ou o 2Cmndt da Força, é, basicamente quem apoia o Cmndt ou o substitui. No entanto tenho áreas definidas das quais sou o responsável perante o Cmndt, nomeadamente, os trabalhos de engenharia; sou o chefe dos observadores militares; tenho também a função de fazer a transição daquilo que é a diretiva estratégica da missão para aquilo que é a atividade operacional; e superviso do Force HQ e os sectores em termos de da implementação das diretivas, das normas, do posicionamento; substituo também o Cmndt e complemento o Cmndt em tudo o que são visitas de terreno, contactos com autoridades / entidades (locais ou agências internacionais a operar na RCA) civis, contactos com outras forças que estão no teatro, de modo a que nós consigamos atingir uma coisa que é importante, que é a sintonia de ação. Também sou responsável por fazer a ligação informal, salvaguardando a posição do Cmndt, para a decisão final, portanto, como tu sabes nós temos um senior leadership team, tem um core onde está o Cmndt e tem uma versão alargada onde estou eu também e, portanto, o meu trabalho é mais com os chefes dos pilares e os deputys da UNPOL, da FACA, da Gendarmerie, da Polícia. Também nesse relacionamento atuo em termos da coordenação que se faz, sobre tudo o que é emprego operacional da Força. Outra coisa que é importante e que o Force Commander me delegou foi a defesa de Bangui. Portanto eu trabalho com a Joint Task Force Bangui para assegurar a defesa imediata e os planos emergentes como seja o plano contra um golpe de estado, plano de extração de membros das NU, da verificação de segurança de todas as instalações. A segurança é da responsabilidade da UNDSS, as eu faço a ponte para o emprego da Força da manutenção da segurança. Tenho ainda vários projetos avulso. Como sejam os reforços, como seja o encerramento das Temporary Operational Bases (TOB), os melhoramentos das TOBs, como seja tudo o que é ligação com o Mission Support da Missão, nomeadamente do apoio

logístico. É uma panóplia muito grande. Depois quando o Cmdt não está e eu estou como Officer in charge da Força, assumo o Comando da Força Militar da MINUSCA. Portanto aí assumo tudo o que é funções de DFC e de Force Commander.

### **A RCA encontra-se em alvoroço há já algum tempo, como avalia a evolução do conflito?**

Há aqui uma coisa que é essencial - A solução da paz para a RCA não é militar, é política. É uma solução política onde está empenhada a comunidade regional, a CEDEAO, onde está empenhada a Conferencia Internacional dos grandes lagos, que definiu o que chamam de “feuille de route”, o plano do caminho para a paz, onde se inclui o diálogo republicano, o cessar fogo, o acantonamento, um conjunto de iniciativas, todas elas de nível político, que têm implicações ao nível militar. Basicamente, nós temos um mandato, pela primeira vez um mandato das NU é explícito em que nós devemos usar todos os meios, incluindo a força letal, dentro do quadro das Regras de Empenhamento (ROE), para proteger as populações.

Grosso modo a missão tem quatro prioridades, a primeira proteger as populações, a segunda assegurar a autoridade do estado, a terceira é reduzir a capacidade dos GA, e a quarta é proteger a propriedade e os peacekeepers.

Num país em que o conflito chegou a um controle de 80% do território pelos GA, para aquilo em que nos encontramos hoje, que é muito mais diminuto, foi uma grande evolução da RCA. Tudo isto tem de ser feito com base em ações cada vez mais proactivas.

A MINUSCA foi muito acusada de ser o “doutor depois da morte”, ou seja, chegava depois das coisas já tinham acontecido. E a postura que o Force Cmdr, e muito bem assumiu, foi a seguinte: nós temos de mudar o modo como estamos a fazer as coisas e então começamos como aquilo que se chamam as “Joint Area Domination” que são operações focalizadas, em que a Força se centra todas as suas potencialidades numa área para assegurar:

- ponto um a segurança da população;
- ponto dois a perceção da população de que nós estamos cá para lhes garantir a segurança, a liberdade de movimentos;
- terceiro a redução dos GA e dos ataques dos GA;

- quarto, trabalhar sempre que possível com as forças nacionais para lhes dar o necessário “empowerment” que eles necessitam para assumir o controle por eles próprios e damos grande importância ao trabalho com as autoridades locais.

A grande virtude deste tipo de operações é que pela primeira vez nós estamos a fazer operações integradas.

Que é que isto quer dizer?

Não é uma operação militar da força, não é uma operação militar e policial, é uma operação militar, policial, DDR, dos agentes humanitários, entre outros.

Cria-se, portanto, um conjunto de sinergias de todos os pilares para que, num dado momento, numa certa zona, nós possamos assegurar a redução dos GA e a proteção de civis. Claro que isto começou em BAMBARI, e claro que o ambiente é sempre volátil, porque nós acabamos a operação ao fim dum mês, a Task Force tem de garantir os “achievements” e o sucesso que nós conseguimos e depois manter o sucesso com as suas Forças, isto é, nem sempre conseguido.

Nós temos no terreno as FACA a operar com os outros elementos de segurança, temos com as forças bilaterais, que estão num espírito completamente diferente daquilo que nós estamos a fazer.

O que é que eu quero dizer com isto?

É muito difícil a cooperação, quando nós trabalhamos com umas autoridades nacionais que estão num espírito de guerra de eliminação de GA e de tudo o que está à volta deles, e nós estamos numa missão de paz, de assegurar a liberdade de movimentos e a proteção dos cidadãos.

Ora, é quase, como uma conversa de surdos, porque eu estou a dizer uma coisa e eles estão a dizer outra. Porque depois temos de trabalhar com eles, só que mesmo trabalhando com eles, eles não estão habituados, com as forças bilaterais, a terem ROE, e portanto, connosco nós não o admitimos, temos regras bem definidas e são essas que têm de ser seguidas.

Outra coisa, muito importante além de assegurar o trabalho humanitário garantir a segurança à atividade dos humanitários, é monitorizar e denunciar todas as violações de direitos humanos, sejam elas cometidas por FACA, forças bilaterais, GA, tudo o que são violações dos direitos humanos, depois dá origem a um relatório, relatório que o GoCAR nem sempre aceita, relatório que põe o GOCAR em causa, porque, no último relatório de junho de 2021, os GA tinham 38% dos incidentes e as FACA tinham 67%.

Depois temos um país em que 63% da população sobrevive de ajuda humanitária. Ou seja, depois há uma segunda linha, que é, como é que nós vamos distinguir aquilo que é criminalidade, e criminalidade muitas vezes por sobrevivência, daquilo que é um ataque de objetivo político para mostrar alguma coisa de alguns GA.

Basicamente, dos 14 GA que assinaram o acordo de paz, que ainda se mantém em vigor, e o diálogo republicano é para isso, três, quatro GA não estão no diálogo republicano e continuam as ações, o 3R a Oeste, a UPC a centro sul, o FPRC a centro norte e este, o LRA a sul.

E depois temos aqui um outro fator perturbador que são os corredores de transumância. Que é uma prática neste país e que existe em vários, e nos corredores de transumância quem traz o gado para a transumância traz com segurança. Depois precisa de sobreviver, depois ataca os agricultores, depois os agricultores criam grupos de defesa para defender o seu pouco. E depois no meu disto tudo passam as forças bilaterais, os FACA, a limpar tudo, e a saquear tudo. Portanto é este grupo complexo de coisas que cria aqui a evolução do conflito.

Depois temos duas realidades diferentes. Temos Bangui e temos o resto do país. Nem sempre o que se sente em Bangui tem translação ou tem identificação fora de Bangui. Eu visitei o território quase todo, desde BIRAO a OBO, de BOCARANGA a Berberati, portanto fiz o quadrado todo e andei muito por aí. E na realidade aquilo que nós vemos no interior do território não corresponde àquilo que é a cleptocracia de Bangui.

Bangui tem o Governo, tem o presidente, tem 50% da população. E depois aquilo que se passa no terreno é que a população de uma aldeia é atacada pelos GA, vão lá, pilham, violam, matam, saem. A seguir vão as FACA e os bilaterais, matam, violam, porque tiveram em conluio com os GA. E portanto, o elemento que sofre é sempre o mesmo, e é este elemento que nós temos de proteger e é este elemento que nós temos de garantir.

Portanto, o trabalho desta JADM foi trabalhar na antecipação. Ou seja, identificar pontos quentes, identificar áreas de preocupação, identificar tendências, e antecipar a presença da MINUSCA antes das coisas acontecerem e, portanto, é neste sentido que nós estamos a caminhar. Se somarmos a isto um país do tamanho da França, da Bélgica e da Holanda juntos, que tem 847 km de estrada alcatroada, que é basicamente a estrada que liga BANGUI a BELOKO e aos

camarões, que é a veia que alimenta o país, e todo o resto são estradas que na época das chuvas ficam quase que intransitáveis, com pontes que tem que ser reparadas a quase todo o tempo, a nossa mobilidade fica condicionada e nós temos de fazer um trabalho quase diário de trabalhos de engenharia, de trabalhos de melhoramento de itinerários.

Centrando onde podemos porque não podemos ir a todo o sítio.

Quando muitos dos incidentes dos incidentes que nós ouvimos que são na vila não sei quantos foram atacados e saqueados quatro gajos e mataram um deles, ou o chefe da cidade, aquilo que nós nos apercebemos é que esta vila, é fora dos sítios onde nós temos acesso. Porque são onde vão as motas, são onde vão as pickups, e mal, e são onde nós não conseguimos ir, porque nós não conseguimos ir, porque nós não conseguimos sair das estradas, com uma postura robusta, não conseguimos sair das estradas principais. E, portanto, este é o problema da República centro africana.

Da evolução do conflito muito se fala, muito se diz e muitas ideias existem. Mas é muito mais fácil apontarem a MINUSCA como o tal “doctor after death”, do que colaborar connosco, mas nós estamos a evoluir muito, nomeadamente localmente, em termos da colaboração com as FACA. Mas quando tu tens umas FACA, como vi em BIRAO, que tem uma viatura para uma companhia, avariada, como eu vi em BRIA que um batalhão tem uma moto, que é do Cmdt, que é a única viatura, que não tem apoio logístico, não recebem, são enviados para lá durante um mês, é a realidade.

**Em termos de missão, no que à RSS diz respeito a EUTM aparece como grande parceiro da MINUSCA. Como é que essa complementaridade é posta em prática?**

Essa complementaridade é posta em prática através duma secção. Onde nós temos um oficial português. A secção de RSS, de reforma do sector de segurança, que é ela que trabalha ainda muito ao nível macro, na organização, vetting, na organização do estado maior.

Porque se nós olharmos para as FACA, as FACA são comandadas pela CEMA, a parte operacional pelo adjunto das operações e quando eles não estão nada se passa. Nada se passa. Zero.

Não há qualquer ação sem o chefe máximo das forças armadas decidir. Nem localmente, nem ao nível central. Portanto não há uma estrutura de estado maior. Depois não há interligação com o ministério da defesa. O chefe de estado maior das forças armadas responde perante o presidente e o ministro está ao lado porque fala com o primeiro-ministro e depois vai ao presidente.

Portanto, a articulação que nós estamos habituados da subordinação do CEMGFA ao ministro da defesa que depois leva ao primeiro-ministro materializada não existe neste país. Ok. E isso cria condicionalismos imensos. Nós falamos numa violação SOFA que há em BIRAO, o CEMGFA não está ao corrente. E depois fala com o Cmdt das operações que por telemóvel manda uma mensagem ao Cmdt Bat que está em BRIA que por telemóvel se tiver rede manda uma mensagem ao Cmdt que lá está em cima, mas no fundo... O que é que nós, como é que nós demos a volta a isso, demos a volta localmente.

Quando é que nós interagimos com a EUTM? Muito raramente.

As missões estão bem definidas. E basicamente no sector de segurança, na feitura do plano de defesa, na revisão do plano de defesa, na feitura do plano das eleições, tudo o que é estratégico. Só que... Nessa cadeira esteve sentado o Sr. Almirante Bléjean, chefe do MPCC, que me dizia que “nós vamos na EUTM acabar com o treino por causa da credibilidade e de todas aquelas coisas no pilar do treino, vamos manter o pilar estratégico” e eu disse-lhe “os senhores já fizeram uma análise, ou em Bruxelas fizeram uma análise do que é que significa para as autoridades centro africanas o pilar estratégico? Quando as FA são comandadas por uma pessoa e daí para baixo ninguém toma decisões? Quando não há uma estrutura de comando? Quando não há uma estrutura de guarnição?” O presidente quer ter umas FA de guarnição, só que depois há coisas tão críticas como, em BRIA, o campo das FACA tem armações de tendas 16p sem toldo para os gajos dormirem e do outro lado da estrada estão o SMS com um quartel novinho fechado sem ninguém lá dentro. Como é que nós que somos militares nos sentíamos não tendo água, não tendo apoio logístico, não tendo comida, não tendo ordenado, num lado da pista de aeroporto e vendo que, o mínimo de condições de dormir e de viver, existiam do outro lado e estão fechadas. Portanto, há um conjunto de incoerências, no meio de tudo isto, por muita falta de articulação também entre as diferentes entidades, e por muitos interesses que aqui se jogam tanto da parte do governo como da parte dos partners.

### **Como é que o país tem beneficiado desta relação? Pode dar exemplos?**

O país só não beneficia se não quiser. Tão simples quanto isto. Nós, MINUSCA, estamos sempre, sempre disponíveis para colaborar com o país. Nós temos o concelho, chamado COCEM, que é o Cmdt da força, o cmdt da policia, cmdt da EUTM, Cmdt da EUAM, com o CEMA, os diretores gerais da gendarmerie, da policia, onde nós temos capacidade de fazer essa coordenação.

Há aqui um fator extrínseco e muito importante, que é aquilo que se passa no terreno, que são as forças bilaterais. Que cometem violações dos direitos humanos, e que nós não coordenamos com eles. Ponto.

Nós coordenamos com as forças legítimas que o nosso mandato vem reforçar a capacidade de reforçar as autoridades do estado. Depois a carência é de tal ordem, que tudo se quer. Mas a primeira coisa que se tem de fazer é arranjar a prefeitura, a primeira coisa que se tem de fazer é arranjar o gabinete do mayor, depois fornecer gásóleo ao mayor para a viatura dele, e depois lá muito para o fim a população.

Nós temos um trabalho humanitário excelente aqui. Excelente. Mas, esta operação veio trazer esta sintonia, que os humanitários estavam a impedidos de trabalhar por condições de segurança.

Nomeadamente no Oeste nós estamos com um esforço imenso na desminagem, desminagem que não é humanitária, para garantir que as forças se possam mover, para que nós não tenhamos baixas, nós não nos podemos esquecer que entre civis, policia e militares, já tivemos 150 baixas, nesta missão desde 2014. Como o meu cmdt diz “os GA não são nossos amigos”, portanto, no meio disto tudo nós temos de reduzir a capacidade deles. Mas nós enviamos, como enviamos para BAMBARI, como enviamos para BOCARANGA, a QRF portuguesa, estão lá um mês. Durante esse mês os GA desertam dali. Mas depois vão a pouco e pouco, começando. E depois temos outro problema que são os sítios de mineração. Eles vêm à procura de recursos, eles debatem-se pelos sítios de mineração. Pelo controle dos sítios de mineração. Para tirarem dividendos. Para ganharem dinheiro. Depois há aqueles que são concessionados aos russos, concessionados aos chineses, há aqueles que são concessionados aos ruandeses, aqueles que são concessionados a outras entidades, há aqueles que são da população e que a população tenta fazer para sobreviver, depois há aqueles que os GA têm que ter para sobreviver.

Portanto, nós estamos numa guerra de sobrevivência.

### **Ainda na relação UN/UE constituída em prol da RCA, que metas pensa serem atingidas ainda neste novo mandato?**

Eu acho que nós estamos definitivamente, e com esta no SRSG, definitivamente numa linha de dar prioridade extrema ao mandato, e arranjar maneiras diferentes de implementar o mandato, que nos credibilize como missão e que permita que sejamos efetivos no terreno. E em BAMBARI fomos, no Oeste penso que também fomos, vamos avaliá-lo hoje, mais apropriadamente e no Este vamos continuar. Depois passamos para o centro, depois... Porque há aqui sim um fator importante, o CS aprovou 2750 militares de reforço para a MINUSCA. Esse reforço tem um racional. Um racional de EqEOD em cada companhia de engenharia, uma reserva, segundo o modelo da QRF portuguesa, em cada sector, e por cada setor num mindset de JAD.

De modo que cada sector em vez de fazer patrulhas a avulso, faça patrulhas para os hotspots, para as tendências, para antecipar. Isso está a ser conseguido. Nós já temos a QRF da Tunísia no setor centro, já temos a QRF do senegal a chegar ao setor oeste, temos para o setor este uma QRF, que era para ser do togo, mas o togo já roeu a corda como se costuma dizer, agora estamos à espera do que vem. Mas a guerra na Ucrânia veio-nos atrasar muito o “deployment das forças” e também aqui algum mal-entendido ou aproveitamento do governo para reforçar a campanha anti-MINUSCA, que as forças bilaterais têm conduzido, desde há muito tempo. Problemas de alfandegas, de vistos, de inspeção de material, tudo isso, porque são um país soberano, e são-no, isso é uma coisa que temos de manter, gostemos ou não. Aquilo que temos de alertar é que a soberania não pode por em causa aquilo que nós estamos cá a fazer que é ajudá-los, e nem sempre as coisas funcionam assim. Agora com a nova SRSG há uma relação mais próxima entre o governo e a MINUSCA e isso pode produzir frutos.

### **Como se relaciona a MINUSCA com as organizações não governamentais locais?**

Nós relacionamo-nos com tudo o que são ONG através da OCHA. Portanto, a OCHA é uma entidade que faz o aglutinar da coordenação militar - humanitários. Nós temos basicamente aqui três tipos de atores, temos a OCHA que trabalha

com os humanitários, ONG; temos depois as agências das NU, no terreno, depois temos os pilares da missão, que são o DDR, que são a RSS, as eleições, tudo isso faz parte dos pilares que de uma forma integrada nós trabalhamos. Para se ter uma noção, nós, todas as reuniões de hotspot para as JAD são assistidas por todas as agências, pela OCHA e por todas as agências das NU. Toda a coordenação local é feita pelo chefe no terreno, o head of office, que coordena localmente todos os stakeholders incluindo a Força e a polícia. Portanto, esta descentralização que foi conseguida no processo eleitoral legislativo de março, de abril, de maio e de junho, através do programa PISE, que é o programa integrado de segurança das eleições, que teve sucesso porque nós conseguimos ter eleições legislativas. Como sabes as eleições aqui são em duas voltas, e fazem-se mais voltas consoante não conseguirmos fazer a primeira ou a segunda, por isso é que nós tivemos quatro rondas de eleições legislativas. E esse modelo começou a ser aplicado localmente, ou seja, neste momento, qualquer cmdt de companhia, localmente coordena com todos os stakeholders que tem no terreno, sejam da MINUSCA, sejam humanitários. E, portanto, isto traz uma dinâmica nova àquilo que é a proteção de civis, e partilha de informação, de recolha de informação. Depois temos os MILOBS no terreno, observadores militares que vão à procura de informação e das perceções e de tudo isso, para fazer uma análise comum local, depois trazida para o sector, e depois do sector para o force HQ.

### **Como avalia a evolução do país em matéria de desenvolvimento humano?**

Devia, só que nós temos aqui várias condicionantes. Temos contingentes que não são francófonos. Não falam francês. Isso é uma barreira muito forte. Por isso temos de recorrer aos community liaison agents, que falam sango e francês, para fazer a interface com as populações. Por isso é que a mensagem muitas vezes não passa. Nós podemos chegar com contingente do Paquistão que não fala, Bangladesh, ou Nepal, que não falam francês, nada, e esta barreira linguística cria-nos aqui alguns problemas que têm de ser ultrapassados, já começam a trazer interpretes, mas ainda estamos numa fase embrionária. Por isso é que nós fazemos a coordenação com os head of office, e com os representantes dos offices no terreno em cada localidade onde nós temos forças, de modo que haja alguém sempre que nos ajude. Depois há um efeito perverso, nas NU, nas

agências e nos humanitários. Se isto se solucionasse depressa eles não tinham trabalho.

**Quais aponta como principais obstáculos à prossecução da missão da MINUSCA?**

Mas atenção que o facto de haver forças bilaterais no terreno, contrariamente, àquilo que foi dito na EUTM, na MINUSCA, não é um fator de descredibilização. Na EUTM eu até posso perceber porque vocês, o treino operacional estava a ser dirigido para Bat e depois vão atuar no terreno. Mas nós estamos num país soberano. O presidente diz que quando a casa está a arder não se escolhe a cor da água, quer-se água. Isto transmite que quando ele precisou bateu a várias portas e só algumas é que lhe disseram ok. Portanto agora.

**Acredita que a cumplicidade estratégica entre a ONU, UE e a RCA em matéria de reestruturação dos setores de defesa e segurança permitirão que o governo local se imbua da cultura securitária essencial para a promoção de valores e princípios à defesa da sua população?**

Há um erro crasso. Já estudei África, várias vezes e há um erro crasso que nós, norte, cometemos em relação a África. O primeiro fator é perceber quais são as dinâmicas internas, que tipo de cultura eles têm, que tipo de aceitabilidade.

Dou um exemplo. Numas eleições, num país, nós aplicamos um modelo em que ganha quem tiver 50% dos votos mais um pode não ser adaptado à realidade. Isto viu-se quando se deu o renascimento da guerra entre a UNITA e a MPLA. O MPLA não teve 50% mais um, nós dissemos então que íamos para uma segunda volta, e o Dr. Jonas Savimbi disse “segunda volta? Então é porque houve “marosca”. Então vamos para a guerra.”

Portanto, os modelos ocidentais ou os nossos modelos, não tem grande aplicabilidade muitas vezes em certas áreas. Depois qual é a matriz que este país tem? Este país tem uma matriz francófona. Foi colonizado pelos franceses. Gostem eles ou não dos franceses, a matriz que eles têm é francesa. E, portanto, ao nível estratégico aquilo que nós temos de fazer é perceber qual é a dinâmica, quais são as dinâmicas que aqui temos, e depois, há uma coisa que não, se abdica, que são os valores. Dos valores, dos princípios. Mas o método de implementação desses valores e desses princípios tem de ser trabalhado com a

realidade de cada país, o que se aplica aqui não se aplica no Chade, o que se aplica no Chade não se aplica no Burkina Faso, não se aplica no Mali.

Portanto, esta uniformização que muitas vezes a UE tenta fazer ao aplicar um modelo tem de ser feita com um grande cuidado. Ao nível estratégico e entre os partners existe uma sintonia muito grande naquilo que se pode fazer e naquilo que não se pode permitir. E quando falamos no que não se pode permitir estamos a falar, nas violações de direitos humanos, cometidas pelos agentes do estado, nas detenções ou mortes arbitrárias, tudo isso.

O pilar da justiça está a ser implementado, mas o grande problema deste país vai ser o problema económico que se vai revelar a muito breve trecho. Porque um país que depende quase exclusivamente de ajuda externa e que dessa ajuda externa tem de pagar a quem chamou para o ajudar, ou dos recursos que tem, vai criar aqui uma situação complicada. Portanto, por isso é que eu digo, a solução não é militar, a solução é política e económica.

### **Pode elaborar algum comentário sobre a luta de influência entre a UE e a Rússia em território centro africano?**

Sobre isso não posso mesmo responder porque não conheço.

Falei diversas vezes com os vários comandantes da EUTM, os três com quem estive, e tive basicamente duas versões diferentes. Também sei, não tenho problemas em dizê-lo, que houve um dos comandantes que veio aqui com uma missão. Missão política, mandato político, de um país. que foi trabalhado em Bruxelas para que o sucesso não existisse. E é muito triste quando se destrói uma missão por interesses de um dos estados. Agora, uma realidade não se ignora, os russos foram chamados pelo presidente. Numa situação onde mais ninguém o quis ajudar. Talvez a MINUSCA o pudesse ter ajudado e queria ajudar e ele não quisesse. Isto é uma ilação que eu estou a tirar. Agora, claramente, que num quadro de missão de espírito de guerra a MINUSCA não entra. Estamos aqui para fazer a paz. Não estamos aqui para fazer a guerra. Não estamos aqui para limpar GA de zona. Estamos aqui para reduzir a capacidade deles e proteger a população. Esse é o nosso objetivo. Não estamos aqui para fazer a guerra. Nós temos regras de empenhamento. Nós temos regras a observar. Nós não estamos aqui para violar os Direitos Humanos. E nesse aspeto eu compreendo que as Nações, que a UE, tenha posto em causa o treino que estava a dar, compreendo

perfeitamente, no entanto, a realidade dos russos aqui leva a que a gente saiba conviver com eles. Tenha de saber viver com eles. Tenha de saber coordenar com eles. Eu não coordeno com russos, coordeno com FACAs. Temos de levar os FACA a fazer aquilo que tem de fazer para o seu país. Estou à vontade, porque já disse ao CEMA, que com a atuação que eles estão a ter com as forças bilaterais, nomeadamente, com os russos, a população nunca vai respeitar as FACA. Disse isto ao CEMA. A população vai vê-los como mais um GA. São as opções de cada país, mas não se augura bom futuro.

**Por fim, mas não menos importante, há algo que gostaria de acrescentar?**

Quero.

Quero sinceramente dizer que acredito neste país ao fim de 15 meses aqui.

Acredito. Acredito, não pelo que vejo em Bangui, mas pelo que vejo fora de Bangui.

Acredito, não pela manipulação que vejo, provocada, mas acredito pela genuinidade do que que falo com as pessoas em certos sítios, que não em Bangui.

E acredito que se esta cleptocracia de Bangui não destruir o país este país tem futuro, e merece ter futuro. Merece, assim todos queiram.

## APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Coronel Braz, EUTM CAR, Education Pillar Chief  
29ABR2022, MPoko Moana Camp, Bangui, CAR

**Pode explicar as suas funções no âmbito da missão da EUTM na RCA, incluindo as principais tarefas a que está ligado?**

**A Minha função consiste em liderar e coordenar todas as atividades de educação com as FACA. Estas atividades englobam vários domínios, cursos de carreira de oficiais e sargentos; cursos de especialização e formações específicas para qualificações. Para o efeito, conto com uma equipa de 25 militares com diversas especializações, que me apoiam na realização das diversas formações educacionais, estabelecidas em direta coordenação com o Gabinete de formação do EMA das FACA.**

**Considera o quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) - *“garante à União uma capacidade operacional ... podendo empregar estes meios em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos, e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações”* - artigo 42.º do TUE - instituído em Lisboa, como o ponto de viragem e de afirmação da UE como ator humanitário na procura da estabilidade securitária internacional?**

Quanto ao aspeto do emprego de meios em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos, e o reforço da segurança internacional, sem dúvida que sim. Porque a participação da UE na RCA é uma política bastante abrangente. Com as várias missões presentes envolvendo não só toda a parte diplomática, mas também, especificamente através da missão militar da EUTM, uma parte estratégica e de formação para garantir o desenvolvimento da segurança e defesa da RCA. Mas efetivamente, ela não é apenas no sector da segurança e defesa, é muito mais abrangente. Embora, depois os reflexos acabam por ser limitados, nomeadamente na parte da segurança e defesa, porque sendo a missão assente em três pilares Estratégico, Educação e Treino, não garante apoio operacional as FACA. Contudo, na prática, para além disso, verifica-se algumas limitações, causadas por diversos

constrangimentos políticos e financeiros, que esta missão tem sofrido, originando um atraso e à não concretização de alguns objetivos previstos e uma retração relativamente ao que era o desenho operacional desta missão.

**Na sua opinião a colocação de forças militares em vários teatros a par com a criação de instrumentos como a PCSD vão transformando a UE como potência militar?**

Não obrigatoriamente. Porque como já referi são missões executivas. A questão de representar o potencial militar por enquanto não. Está num nível de mentoria, nível de aconselhamento, e mesmo a política europeia não é, até ao momento uma política orientada para estar ao nível operacional, digamos assim. Operacional propriamente dito, com forças no terreno a garantir a imposição da paz ou missão mais operacional. Esta situação poderá vir a ser alterada, atendendo ao que está a acontecer na Ucrânia, mas isso só o futuro dirá. Neste momento, julgo que esta potencia militar existe, nomeadamente através dos Battle Groups europeus, agora a decisão do seu emprego é sempre uma questão delicada entre o entendimento e vontade dos vários países que fazem parte da UE.

**Em que medida a EUTM/EUAM contribui neste âmbito?**

Elas contribuem fundamentalmente como disse, como missões executivas, mas como não preveem um emprego com forças militares, acabam por criar uma limitação das necessidades operacionais, que as próprias FACA têm demonstrado necessitar para garantir a segurança e defesa da RCA. Viu-se que esse espaço acabou ser ocupado pela Wagner, porque eles disponibilizaram-se a acompanhar as forças no terreno, conjugando isso com os seus interesses no controlo das áreas como as minas e de transumância, para permitir também o controle dos GA nas diversas regiões do país.

**A missão da EUTM/EUAM trata de contribuir para a reforma do setor de defesa no âmbito da Reforma do Setor de Segurança (RSS) proporcionar aconselhamento às entidades que supervisionam a política de RSS e a de segurança nacional em coordenação com as várias outras missões internacionais presentes na RCA como a MINUSCA.**

### **Como avalia a prestação da EUTM?**

A EUTM tem feito o seu trabalho. O desenho operacional e os objetivos estabelecidos, muitos deles já foram concretizados, embora, tenha havido atrasos. Fundamentalmente, causados pela própria situação securitária, que existe aqui na RCA, e com a volatilidade que existe ao nível político (ex. com incertezas na continuidade com as eleições que decorreram). Portanto, todos estes aspetos criam mudanças governamentais, no seio dos ministros, da defesa, o que atrasa sempre os processos de negociação e de evolução relativamente aos diversos projetos que ao nível estratégico, ou em termos de estruturação, se estabelecem.

Estão a ser reatados neste momento alguns aspetos importantes em termos da segurança e defesa, nomeadamente a nível do plano de defesa da RCA (Exemplo da volatilidade, há duas semanas este grupo foi interrompido por causa de um incidente ocorrido no EMA com a detenção de dois elementos do CPT da EUTM. As relações foram restabelecidas, mas o grupo interrompeu todos os trabalhos). Está a ser reativado e restabelecido o grupo de trabalho para o desenvolvimento desse plano.

Estão a ser reativadas algumas das formações ao nível da educação, visto que tinham sido praticamente interrompidas.

Estes interregnos surgiram, ou foram causadas, não só pela pandemia do COVID, que trouxe muitos constrangimentos à missão, devido às dificuldades sanitárias que existem no território, o que obrigou a essa retração para garantir a segurança do pessoal da missão no TO, causando a dificuldade dos contactos e das ações desenvolvidas no terreno. Além disso, a posição europeia face à preponderância da Wagner no terreno, também fez com que se criasse, por imposições políticas, algumas restrições ao nível da missão, nomeadamente com o término da formação ao nível do Pilar Treino, que era um dos produtos mais efetivos da missão, atendendo ao número muito elevado de formandos que foram feitos ao longo dos anos por parte da EUTM, Cerca de 6431 militares formados com o apoio da EUTM. E o facto de termos parado essa atividade dificultou não só a formação, porque os programas iniciais previam que as FACA atingissem cerca dos 9.500 a 10.000 militares e neste momento já têm mais de 11.000 a 12.000 militares. Não existe um controlo desses efetivos, porque o próprio trabalho de monitorização do controlo dos efetivos, também foi perdido com esses interregnos, devido há

diminuição dos contactos causado pela pandemia e pelas rotações dos contingentes, o que tem dificultado efetivamente a progressão dos objetivos atingidos pela EUTM.

Neste momento, aquilo que se esta a tentar realizar são reativar os trabalhos dos diferentes grupos de trabalho, ao nível do Pilar da Estratégia (SAP), com o foco, fundamentalmente, neste que eu falei, no plano de defesa da RCA, e no Pilar da Educação (EDP), o reativar algumas formações educacionais para garantir algum produto por parte da EUTM, reativando alguns dos cursos, sobretudo cursos técnicos e não de combate, de forma a que continuemos a ter aqui uma presença efetiva e um produto para os elementos dos FACA.

Ao nível do Pilar do Treino Operacional (OTP), a tendência será, porque a decisão não esta completamente tomada, mas tudo aponta para que esse pilar deixe de esta ativo. O que acaba por dificultar a consecução dos objetivos, porque nestas missões, julgo, e já foi reportado aqui em alguns relatórios por parte do comando desta missão, que se não tivermos efetivamente projetos e orçamento para contribuir com algo físico, ou algo visível, será difícil para a EUTM conseguir impor toda a outra parte estrutural, nomeadamente ao nível estratégico das FACA. Esse é um aspeto que, quanto a mim deve ser trabalhado, embora tenhamos recebido a informação de que a UE está a limitar muito as ajudas em África no geral, e especificamente na RCA, atendendo também a grande parte das prioridades da UE agora, centram-se na questão do conflito na Ucrânia.

Mas sim, penso que a avaliação é positiva.

Muitos dos projetos que a EUTM tinha foram concluídos, nomeadamente no meu âmbito, o da formação de Sargentos. Foi conseguido dar uma formação de Sargentos, embora, essa formação tenha sido ministrada, não na Escola de Sargentos, porque esse projeto nunca foi realizado, mas sim no Centro de Formação que está na mesma zona, em Bouar. Tendo sido possível formarmos 70 sargentos. Pode considerar-se que foi-lhes dada essa capacidade, embora com algumas limitações, porque não têm infraestruturas próprias para o efeito, e em termos de continuidade será, por parte do que nos apercebemos, algo difícil eles garantirem devido à inexistência de uma estrutura própria de instrutores dedicados a esta escola, ou pelo menos conseguirem voltar a planear e concretizar uma formação adequada com um nível de qualidade suficiente para

que os sargentos que saiam dessa formação tenham realmente formação adequada para desempenharem depois as suas funções.

Em termos de perspectivas futuras, também neste momento ao nível do Pilar da Educação, existe um dos objetivos que nós tínhamos relativamente à formação de Oficiais. Está em desenvolvimento embora, mais uma vez, o projeto de melhorias, relativamente, aos edifícios e às condições do Centro de Formação de Oficiais em Kassai, nunca foi efetivamente implementado, por falta de financiamento. As expectativas são, que dentro das condições e limitações, se consiga dar as primeiras três fases, que duram dois anos e meio sensivelmente. Um primeiro ano com uma formação geral, um segundo ano com uma formação orientada para as capacidades de comando e liderança dos respetivos oficiais, terminando numa fase com um período de quatro a seis meses, com uma aplicação prática do comando de pelotão por parte desses oficiais. Existem algumas incertezas, porque, atendendo a que este período de dois anos não se integra ainda naquilo que está previsto em termos de continuidade do mandato, que tudo indica seja por mais um ano, portanto há aqui muitas incertezas relativamente à prestação da EUTM e no futuro da EUTM na RCA.

#### **Como avalia a complementaridade com a MINUSCA neste âmbito?**

Relativamente à relação com a MINUSCA a cooperação e complementaridade tem sido, quanto a mim das melhores, mas não só com a MINUSCA. Sempre com reuniões e parcerias aos vários níveis, de modo que cada uma das missões cumpra a sua função, mas sempre com uma perspectiva de complementaridade, porque todas as reuniões em que haja a necessidade da presença da MINUSCA e da EUTM, sempre foram conseguidas. Portanto a comunicação entre as duas organizações, pelo menos daquilo que tenho conhecimento, foi sempre das melhores e sempre na perspectiva de garantir a melhoria de todos os objetivos de segurança e defesa na RCA.

#### **Como decorrem as relações com outras organizações? Pode dar um exemplo de cooperação com uma organização regional?**

Penso que mesmo com as outras organizações também, pelo menos da EUTM com as outras organizações, os relacionamentos têm sido sempre de abertura e de cooperação.

Ao meu nível, temos aqui um representante da EUTM que vai quinzenalmente às reuniões da OCHA, onde também se materializa com as várias organizações não governamentais.

O exemplo que posso dar, é o da Cruz Vermelha Internacional, que tem sido uma parceria no âmbito das nossas formações. Sempre que precisamos de apoio ou de complementaridade na sua participação ao nível das formações que damos, eles estão sempre disponíveis para colaborar para transmitir as suas ações e os seus conhecimentos ao nível das formações que a EUTM ministra as FACA.

**Quais acredita serem as mais-valias do sistema de três pilares na qual se baseia a EUTM (aconselhamento, educação e formação operacional)?**

O desenho operacional desta missão, quanto a mim, estava muito completo e muito bem desenhado.

Com estes três pilares foi conseguido, não só, uma série de definições ao nível Estratégico das estruturas base das forças armadas, o início de uma série de documentos enquadrantes relativamente ao funcionamento das forças armadas. Ao nível da Educação, como já falei, no exemplo da escola de Sargentos, falta-nos um dos objetivos que é a escola de Oficiais, embora logicamente com algumas limitações, ou seja, pelo legado, eles têm a experiência e tem realmente demonstrada a capacidade para ministrar essas formações, mas existem muitas lacunas no aspeto de estrutura permanente, sobretudo em pessoal qualificado para garantir essa continuidade nessas formações. Esta lacuna atualmente só poderá ser colmata com a ajuda da EUTM.

A questão do pilar do treino operacional, poderá vir a criar na EUTM uma limitação ou uma lacuna, porque realmente o reflexo desta proximidade com as estruturas de base na formação das forças armadas, deixaram de existir estando a criar, ao nível do aconselhamento estratégico, algumas limitações, por não ter digamos, *moeda de troca*. Como falei, tem de haver sempre algo para dar, para se conseguir impor as ideias ou dar sugestões relativamente aquilo que seria o ideal em termos de estrutura de defesa da RCA. Portanto, este desenho e esta estrutura estava bem montada, mas agora acaba por estar um pouco desequilibrado e estar a ficar apenas pela estrutura superior e as bases que eram essenciais deixaram de estar incluídas. Este espaço que deixa de estar ocupado poderá vir a ser ocupado por outro país ou outra organização, isso ninguém sabe, e poderá, na minha

perspetiva, vir a ter repercussões estratégico no futuro, visto que desta forma pelo menos conseguimos influenciar com a nossa cultura, com os nossos princípios e se o deixarmos de fazer é um espaço que fica em aberto. Existe na realidade aqui um dilema que é, o facto de nós os estarmos a ajudar e depois esses indivíduos formados por nós serem utilizados por elementos da Wagner, também pode ser utilizado contra nós. Portanto, é sempre difícil prevermos o impacto que isto pode causar ao nível da UE, mas possivelmente são riscos que temos que tomar e atualmente tem havido alguma precaução por parte da UE ou muitas limitações de arriscar, no sentido de impormos os nossos princípios e a nossa cultura nestes países.

**Quais aponta como principais obstáculos à prossecução da missão de apoiar a edificação de uma estrutura das FACA moderna, eficaz, democraticamente responsáveis e ainda etnicamente harmoniosa?**

Do pouco tempo que tenho estado presente no terreno, o que se verifica de imediato pela primeira perceção ao chegamos à RCA, é de que o nível de pobreza e as estruturas do Estado, estão verdadeiramente abaixo daquilo que seria necessário para começar um desenvolvimento. Existe, julgo eu, uma necessidade de apoio ou investimento. De apoio ao desenvolvimento económico da RCA, porque aparentemente é um país que tem muito potencial, mas que não é aproveitado, vive muito numa economia e com infraestruturas muito rudimentar ou inexistentes, de sobrevivência, dependente de financiamentos externos. Julgo que faltam esses apoios também nos outros setores do estado, apoio efetivo, para que a população tenha condições e que o país se possa desenvolver numa base sustentável. Eu, efetivamente, o que noto é que as estruturas estão muito débeis ou não existem e as poucas infraestruturas existentes não funcionam, muito provavelmente por causa do nível de corrupção que existe, da instabilidade política que também já falei (os ministros mudam) e existe uma grande centralização do poder político, o que também impede que alguns setores se consigam desenvolver. Existe uma grande concentração do poder e as decisões demoram muito tempo a serem tomadas e não há, digamos, um acompanhamento para garantir a sustentação do Estado. Portanto, a cobrança de impostos não existe, estão muito dependentes da ajuda externa e com esta perspetiva de incerteza relativamente às ajudas, nomeadamente, que a UE normalmente dá à

RCA poderá, a curto prazo, criar aqui muitas instabilidades no país, dificultando uma vez mais as nossas ações no desenvolvimento do setor da segurança e defesa.

**Como caracteriza o estado atual de operacionalidade das FACA e Forças de Segurança? Como avalia a evolução após o começo da parceria com a EUTM?**

A noção que eu tenho, é que se nota algum controlo no país e uma redução das ações por parte dos GA.

Aqui em Bangui a minha sensibilidade vai no sentido de que já se nota uma presença mais efetiva da polícia, embora durante o dia, porque existem informações de que durante a noite existem alguns gangues e umas fações, que desenvolvem uma série de ações de roubos e assassinatos, mantêm-se o recolher obrigatório. Embora com um número cada vez menor, o que demonstra uma evolução, mas que mantém, digamos assim, uma grande volatilidade relativamente à questão da segurança no país.

Agora, sem dúvida existe uma maior presença quer das forças policiais e quer das Forças Armadas, com um contingente muito maior, isso decorrente da evolução das formações que têm sido desenvolvidas no âmbito da segurança e defesa da RCA. As próprias FACA, tinham terminado quando aqui cheguei uma formação básica de mais de 1.000 militares, portanto já têm essa capacidade, embora tenhamos a noção, daquilo que falámos, de que muitas das formações não são conduzidas, ou não são ministradas nas melhores condições, o que pode depois vir a dar alguma ineficiência às competências das forças. Apesar de, nos contactos que temos tido e sempre que lidamos com alguns elementos das Forças Armadas da RCA, nota-se uma grande disciplina por parte dos militares, existindo uma grande dificuldade relativamente à questão dos meios, dos equipamentos (indivíduos sem botas, fardamentos não são todos uniformes, também não há uniformização do armamento). Portanto, o tal reequipamento seria um aspeto importante dos apoios que poderiam ser dados para melhorar a capacidade das forças armadas, não só aos elementos formados pela EUTM, que atualmente se encontra bastante limitado, atendendo a que a UE limitou não só o treino operacional, mas também ao nível da educação. Estando limitados a ministrar educação na área técnica e tudo o que seja matérias não letais ou de não

combate. O que para um curso geral militar se torna difícil, porque grande parte da formação é baseada nesse tipo de ações. Já não colaboramos na formação da parte coletiva e estamos a tentar que possa ser dado a nível individual, atendendo a que a sua ação será, no geral, não objetivamente para serem empregues juntamente com as forças russas. É um aspeto delicado e depende da decisão política, relativamente a esta reabertura, novamente, para abrangermos todas as áreas da educação dos militares das FACA na RCA.

**A cumplicidade estratégica entre a UE e a RCA em matéria de reestruturação dos setores de defesa e segurança permitirão que o governo local se imbua da cultura securitária essencial para a promoção de valores e princípios na defesa da sua população?**

O que acontece é que a UE, nos grupos de trabalho desenvolvidos ao nível estratégico, quer ao nível do ministério da defesa, quer ao nível do Estado-Maior das Forças Armadas Centro Africanas (FACA), o diálogo existe e a perceção e aceitação de alguns documentos estruturais para as Forças Armadas é aceite e promulgado. Mas esta questão de aculturação de valores não se verifica depois na sua aplicação, porque o que é notado é que não existe comunicação institucional. Ou seja, um documento que é proposto pelo ministério da defesa, que é assinado pelo Presidente, depois de assinado não é divulgado, ou não há, digamos, que um acompanhamento da sua implementação e isso acaba por dificultar, no fundo, a prossecução da estrutura pensada para as Forças Armadas e para uma política ou uma estratégia definida para o país. O poder está muito centralizado e a comunicação institucional não existe. Nós temos sentido, uma grande dificuldade na comunicação ao nível do ministério da defesa com o EMA, porque as diretivas ou as notas emitidas pelo ministério depois não são cumpridas pelo EMA das FACA. Não há difusão dos decretos regulamentares que são assinados e nem são muitas vezes respeitados. Quando têm conhecimento deles, por incapacidade, não havendo capacidade financeira, ou falta de pessoal, eles acabam também por não serem implementados. A questão do acompanhamento e implementação também é um dos problemas. O resultado não está a ser efetivo, porque não há uma capacidade, na maioria das vezes, de acompanhamento da sua implementação. Devia também ser previsto um acompanhamento na implementação, mas isso obrigaria a que houvesse um orçamento, ou projetos

financiados, para se poder realmente garantir essas condições para que isso fosse executado, sendo que por vezes é por falta de infraestruturas, ou por falta de pessoal adequado para o fazer. Se queremos verificar a operacionalidade das próprias forças como é que o fazemos se não podemos ter pessoal no terreno para o apoiar?

Existem inúmeras dificuldade em se fazer o seguimento de todo o processo, desde a sua decisão estratégica, até à sua implementação efetiva no terreno.

Um de outros exemplos prende-se com os efetivos militares, em que existia um programa para o controlo dos efetivos que deixou de ser atualizado devido aos vários interregnos (o COVID, com reduções de efetivos aqui nos contingentes) da continuidade da atualização dessa base de dados, está-se a tentar novamente reativar esse controle, mas é muito difícil neste momento. O próprio Estado-Maior não tem noção de qual o efetivo real no terreno. Também por vezes imposto pelas dificuldades de comunicação ou impossibilidade de comunicação com alguns elementos-chave no setor do Estado-Maior, por ter influências pró-orientais ou não ocidentais, o que também dificulta a comunicação com alguns desses elementos, não cedendo a informação solicitada pelos membros da EUTM.

### **Qual acredita ser o impacto político e operacional da EUTM na RCA? Pode apontar exemplos?**

O impacto político neste momento, na minha perspetiva, é reduzido devido ao facto que a EUTM tem aconselhado muito, mas dado muito pouco. Isto faz com que depois as ideias ou as boas intenções e os projetos que se tentam incutir não tenham o efeito desejado, por não haver associado um apoio financeiro ou objetivo material no processo efetuado.

Em termos operacionais, o que posso dizer, é que a formação ministrada resulta nalgum efeito. Contudo, a formação de alguns quadros não é unicamente dada aqui na RCA. A RCA também se apoia muito em acordos bilaterais, nomeadamente com França, Marrocos, Argélia e outros países parceiros, para onde enviam militares para formações específicas em diversas áreas que não são passíveis de ministrar atualmente, face às limitações quer dos equipamentos, quer das instalações existentes aqui no país. Em termos operacionais, a EUTM, que tinha alguma influência na preparação operacional das forças deixou de o ter,

desde que deixou de dar esse apoio. De forma que agora existem algumas limitações nesses efeitos de influência pretendidos por parte da missão.

**Na sua opinião, enquanto militar e envolvido nesta missão europeia, a UE enquanto inovador projeto político (cultural e de cooperação), pode inspirar regimes pelo mundo na prossecução da paz?**

Eu julgo que sim, em determinada fase creio que os objetivos da missão estavam a ser cumpridos, mas senti sempre a falta de financiamento, porque não basta a questão do aconselhamento, ele tem que ser sempre complementado com algo mais, algo físico, que seja visível. Pode ser em projetos de melhoramento de infraestruturas, pode ser através do fornecimento de equipamentos, que não armamento, por exemplo fardamento. Dar algo que realmente complemente todo o aconselhamento de estrutura que se pretenda dar ao país. Unicamente o ser mentor e dar ideias julgo que não será o suficiente num projeto desta dimensão, não basta ser inspirador, tem de se ter também alguma ação que proporcione a mudança, e nestes países com dificuldades enormes de recursos financeiros, a ajuda tem de surgir com objetos concretas que se materializem no terreno.

**Pode elaborar algum comentário sobre a luta de influência entre a UE e a Rússia em território centro africano?**

Existem agendas completamente diferentes. O que sinto é que a posição da UE ao deixar de ocupar determinados espaços que ocupava, acaba por deixar esses espaços abertos a outros atores. Não sendo ocupado por nós, deixando de exercer essa influência e de estar presentes através de ações de sensibilização, de passagem de valores e de comportamentos poderão ser ocupados por outros, e que não sabemos quem será. Esse é um aspeto crítico e que eventualmente poderá deixar um vazio e espaços para serem ocupados por outras entidades com outros interesses. Espaços mais difíceis de controlar depois serem ocupados por outros.